**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

ALEXIS RAIZER GUANABENS

**A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS
PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL.**

**Rio do Sul/SC
2022**

ALEXIS RAIZER GUANABENS

**A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS
PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PROCESSO LEGAL.**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito,
pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento
do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientador: Prof. Msc. Leonardo Marcondes
Machado

**Rio do Sul/SC
2022**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada **“A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL”**, elaborada pelo(a) acadêmico(a) ALEXIS RAIZER GUANABENS, foi considerada

APROVADO

REPROVADO

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Profa. Vanessa Cristina Bauer
Coordenadora do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 25 de Abril de 2022.

Alexis Raizer Guañabens
Acadêmico

Dedico este trabalho a todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu coordenador, o Professor Leonardo Marcondes Machado por ter aceitado me acompanhar neste projeto. O seu empenho foi essencial para a minha motivação à medida que as dificuldades iam surgindo ao longo do percurso. Agradeço aos meus avós e mãe que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. E aos amigos que me ajudaram a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

RESUMO

O presente trabalho de curso tem como objeto a confissão diante do Acordo de Não Persecução Penal em vista dos princípios da presunção de inocência e do devido processo legal. Abordou-se inicialmente sobre a justiça negocial penal, contendo breves apontamentos referente ao funcionamento de mecanismos negociais de ordenamentos jurídicos do civil law e common law, a fim de verificar semelhanças e diferenças que influenciaram o Acordo de Não Persecução Penal, após se analisou em vista dos princípios; normativas externas e internas, com objetivo de identificar possíveis conflitos entre o Art. 28-A, CPP e as normativas existentes, buscou-se a origem do mecanismo bem como a evolução desde o seu nascimento pelas resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em seguida, analisou-se algumas características específicas do ANPP, dentre estas características, destaca-se os requisitos objetivos para negociação do acordo, em especial a exigência da confissão formal e circunstanciada, em vista dos objetivos do mecanismo, discorreu-se sobre; celeridade resolutive, desencarcerar e racionalizar a persecução penal, após, abordou-se sobre o procedimento extraprocessual e o âmbito de abrangência para a aplicabilidade do mecanismo, considerando os requisitos objetivos, pontos que merecem destaque; aplicabilidade do ANPP em ações penais em curso após a denúncia e a falta de previsão para calcular as causas de aumento diminuição da pena mínima, passou-se a descrever sobre os possíveis interessados em motivar o acordo, passando a discorrer sobre todo o procedimento, desde a proposta do interessado até a homologação, em seguida, abordou-se sobre a situação referente a recusa de celebrar o acordo pelo Ministério Público, citando desde o órgão superior de reanálise extraprocessual até o recurso cabível processual, na sequência, abordou-se sobre a homologação judicial e no caso de descumprimento do acordo, dispendo sobre qual recurso seria possível discutir a revisão da decisão sobre a rescisão do acordo.

Por fim, ateu-se especificamente ao tema, analisando a jurisprudência e doutrina, para verificar quais as supostas violações principiológicas podem ocorrer diante da exigência da confissão, verificou-se as características da confissão, analisando a sua forma, momento, autoridade captadora, conteúdo e finalidade, coube ainda verificar seus efeitos em relação ao investigado e corréus, destaca-se a voluntariedade e condição do investigado no momento da confissão, tratou-se do

princípio da presunção de inocência para verificar se existe ou não a aplicação diante do ANPP.

Coube verificar a suposta violação do direito de não produzir prova contra si próprio em relação ao mecanismo, referente ao direito de permanecer em silêncio restou caracterizada voluntária e não obrigatória a motivação para confessar, do direito de não poder ser coagido a confessar ilícito penal, coube destacar que não pode haver nenhuma forma de coação, considerou-se a condição como um requisito do negócio jurídico negocial, onde cada parte cumpre parâmetros pré-determinados, desde que não violem os direitos humanos, diante do princípio do devido processo legal, visualizou-se questões acerca da valoração da confissão como prova, restando demonstrada com mero requisito para evitar a denúncia, referente a extensão da aplicação da confissão concluiu-se que não deveria ser utilizada em momento posterior ao acordo em prejuízo do investigado no caso da recusa ou descumprimento das condições, sobre a utilização da confissão para condenar não poderia servir de substrato para eventual denúncia e condenação, diante do risco de celebração do ANPP com investigado/acusados inocentes, demonstrou-se com base em pesquisa em sentenças exoneradas nos Estados Unidos, que existe um percentual significativo de confissões falsas e adesão a mecanismos negociais penais com inocentes, sendo comum, que por medo e morosidade do resultado em um processo penal e dilemas familiares, os inocentes confessem sem terem cometido o delito.

O método de abordagem utilizado na elaboração desse trabalho de curso foi o indutivo e o método de procedimento foi o monográfico. O levantamento de dados foi através da técnica da pesquisa bibliográfica. O ramo de estudo é o Direito Penal e Processo Penal. Nas considerações finais, não comprova-se a hipótese levantada neste trabalho de curso de que os princípios da presunção de inocência e processo legal não são violados pela confissão exigida no Acordo de Não persecução penal.

Palavras-chave: Confissão. Acordo de Não Persecução Penal. Princípio da Presunção de Inocência. Princípio do Processo Legal.

ABSTRACT

This coursework has as its object the confession in the face of the Non-Prosecution Agreement in view of the principles of presumption of innocence and due legal process. It was initially approached on the criminal negotiation justice, containing brief notes on the operation of negotiation mechanisms of civil law and common law legal systems, in order to verify similarities and differences that influenced the Non-Probberly Non-Probberly Agreement, after analyzed in view of the principles; external and internal regulations, in order to identify possible conflicts between Article 28-A, CPP and the existing regulations, it was sought the origin of the mechanism as well as the evolution since its birth by the resolutions of the National Council of the Public Prosecutor's Office.

Then, we analyzed some specific characteristics of the ANPP, among these characteristics, we highlight the objective requirements for negotiating the agreement, especially the requirement of a formal and detailed confession, in view of the objectives of the mechanism, we discussed about; resolving celerity, decarceration and rationalization of criminal prosecution, after, we addressed the extra-procedural procedure and the scope for the applicability of the mechanism, considering the objective requirements, points that deserve highlighting; applicability of the ANPP in criminal actions in progress after the accusation and the lack of provision for calculating the causes of increase and decrease of the minimum penalty, then it was described about the possible interested parties in motivating the agreement, going on to discourse about the whole procedure, from the proposal of the interested party until the homologation, then The situation regarding the refusal to enter into the agreement by the Public Prosecutor's Office was then addressed, citing from the higher body for extra-procedural review to the appropriate procedural appeal, then the judicial homologation was addressed, and in the case of non-compliance with the agreement, providing what appeal would be possible to discuss the review of the decision on the rescission of the agreement.

Finally, it was specifically focused on the theme, analyzing the jurisprudence and doctrine, to verify which alleged violations of principles may occur before the requirement of confession, it was verified the characteristics of the confession, analyzing its form, moment, capturing authority, content and purpose, it was also necessary to verify its effects in relation to the investigated and defendants, it is

highlighted the voluntariness and condition of the investigated at the moment of the confession, it was dealt with the principle of presumption of innocence to verify if there is or not the application before the ANPP.

It was necessary to verify the alleged violation of the right not to produce evidence against himself in relation to the mechanism, regarding the right to remain silent, it was characterized as voluntary and not mandatory the motivation to confess, the right not to be coerced to confess criminal offense, it should be noted that there can be no form of coercion, the condition was considered as a requirement of the legal business deal, where each party complies with pre-determined parameters, as long as they do not violate human rights, in face of the principle of due legal process, questions about the value of confession as evidence were visualized, remaining demonstrated as a mere requirement to avoid the accusation, regarding the extension of the application of the confession, it was concluded that it should not be used after the agreement to the detriment of the investigated in case of refusal or non fulfillment of the conditions, regarding the use of the confession to condemn, it could not serve as a substratum for an eventual accusation and condemnation, due to the risk of celebrating the ANPP with innocent investigated/accused, Based on research on exonerated sentences in the United States, it has been shown that there is a significant percentage of false confessions and adherence to criminal negotiation mechanisms with innocent people.

The method of approach used in the elaboration of this course work was inductive and the method of procedure was monographic. The data survey was carried out through the bibliographical research technique. The branch of study is Penal Law and Penal Procedure. In the final considerations, the hypothesis raised in this course work that the principles of presumption of innocence and legal process are not violated by the confession required in the Non-prosecution Agreement is not proven.

Keywords: Confession. Non-Persecution Agreement. Presumption of Innocence Principle. Due Process Principle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
§§	Parágrafos
Art.	Artigo
Arts.	Artigos
ANPP	Acordo de Não Persecução Penal
CC/2002	Código Civil de 2002
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPG	Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e emendas constitucionais posteriores
Des.	Desembargador, Desembargadora
Dr.	Doutor
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
Ed.	Edição
GNCCRIM	Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal
J.	Julgado em
Min.	Ministro
N.º	Número
P.	Página
Rel.	Relator, Relatora
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Vol.	Volume

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL	16
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
2.2 JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL	16
2.3 ORIGEM E INFLUÊNCIA DE MECANISMOS NEGOCIAIS PENALIS EXTERNOS NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	17
2.4 DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	20
2.5 REGRAS DE TÓQUIO	21
2.6 PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA	23
2.7 CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	24
2.8 CÓDIGO PENAL E CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO	26
2.9 PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019	29
2.10 RESOLUÇÕES DO 181 E 183 DO MINISTÉRIO PÚBLICO	31
3 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP	34
3.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	34
3.2 OBJETIVOS	35
3.2.1 DESCARCERIZAÇÃO	36
3.2.2 CELERIDADE RESOLUTIVA	37
3.2.3 RACIONALIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL	38
3.3 ABRANGÊNCIA DE APLICABILIDADE	39
3.4 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL ATÉ A SUA HOMOLOGAÇÃO	42
3.4.1 REQUISITOS	42
3.4.2 PROCEDIMENTO	43
3.4.3 DA RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	45
3.4.4 RECUSA DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL E RECURSO	45

3.4.5 DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E RECURSO	46
4 A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PROCESSO PENAL	48
4.1 CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	48
4.2 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	55
4.2.1 DO DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVAS CONTRA SI PRÓPRIO (NEMO TENETUR SE DETEGERE)	55
4.2.2 DO DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO	57
4.2.3 DO DIREITO DE NÃO SER CONSTRANGIDO A CONFESSAR A PRÁTICA DE ILÍCITO PENAL	59
4.3 PRINCÍPIO DO PROCESSO LEGAL	62
4.3.1 VALORAÇÃO DA CONFISSÃO	63
4.3.2 EXTENSÃO DA APLICAÇÃO DA CONFISSÃO	65
4.3.3 EVENTUAIS UTILIZAÇÕES DA CONFISSÃO PARA CONDENAÇÃO	67
4.3.4 RISCO DE CELEBRAÇÃO ANPP COM INVESTIGADOS/ACUSADOS INOCENTES	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é **A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL.**

O seu objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é investigar se a confissão no ANPP viola o princípio da inocência e do processo legal.

Os objetivos específicos são: a) Analisar os princípios da presunção de inocência e processo legal; b) Descrever os objetivos do Acordo de Não Persecução Penal; c) Demonstrar se há violação dos princípios da inocência e processo legal pela confissão no ANPP.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: *A confissão “espontânea” no ANPP viola os princípios da presunção inocência e do processo legal?*

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese:

a) *Supõe-se que a confissão no ANPP viola os princípios da presunção de inocência e processo legal no todo ou parcialmente..*

O método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse trabalho de curso será o *hipotético-dedutivo*; o método de procedimento será *monográfico*. O levantamento de dados será feito através de pesquisa *bibliográfica*.

O estudo do acordo de não persecução penal, deve-se a sua vasta aplicabilidade no direito penal, observando a sua recente implementação pelo (Pacote Anti Crime), deve-se analisar o conflito principiológico entre o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, pois, contrário de outros mecanismos despenalizadores como a transação penal e suspensão condicional do processo, que não exigem a confissão do autor e também possuem um processo “abreviado”, o ANPP a exige a confissão de forma “voluntária” sendo ela requisito essencial/intrínseco para a realização do ANPP.

Considerando a aplicabilidade ampliada no tocante a pena em abstrato que abrange vasta aplicabilidade no ordenamento jurídico Brasileiro, a cumulação de processo abreviado e confissão ou seja, um rito com procedimentos que suprimem

direitos em vista do processo penal e uma produção de prova do autor contra ele mesmo, são questões que podem prejudicar os objetivos do acordo, podendo situar o autor em desigualdade aos demais mecanismos e seus direitos constitucionais garantidos.

Em vista da atual situação político-criminal brasileira, que se perfaz na suspensão do juiz de garantias, permitindo que o mesmo juiz que ouve a confissão no ANPP possa ser eventualmente o julgador do acusado no rito comum, demonstrando sérios riscos ao processo penal acusatório, ressuscitando com vigor o sistema inquisitorial.

Principia-se, no Capítulo 1, a justiça negocial no âmbito penal Brasileiro em relação ao Acordo de Não Persecução Penal, demonstrando a influência dos mecanismos negociais penais externos e também do aparato convencionado, pactuado e regidos, considerando, que os últimos tiveram a recepção no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal, e os primeiros foram utilizados como subsídio junto das resoluções do Ministério Público para modificar o Código Penal e Código de Processo Penal Brasileiro, no tocante ao ANPP, demonstrou-se os principais objetivos do mecanismo.

O Capítulo 2 trata de conceituar o Acordo de Não Persecução Penal, descrever sua origem e desenvolvimento, a fim de demonstrar a sua abrangência de aplicabilidade no Código Penal e Leis especiais, em sequência abordar o procedimento do mecanismo até a sua homologação, a fim de visualizar os contornos que tocam a problemática tema deste trabalho.

No Capítulo 3, abordou-se o problema específico para analisar a hipótese levantada, trazendo ao trabalho os principais pontos de conflito principiológico em relação ao mecanismo, por fim foi analisada uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que trata de recurso a denegação da homologação do ANPP pela falta de cumprimento do requisito da confissão espontânea.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizados sobre as supostas violações principiológicas na exigência do cumprimento do requisito da confissão para firmar o Acordo de Não Persecução Penal.

2 JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias atuais, se torna cada vez mais comum a implementação da justiça penal negociada no âmbito global e nacional, em um contexto geral, verifica-se a sua ampla aplicabilidade em mecanismos alternativos ao processo penal tradicional, com intuito de resolver infrações penais de baixo a médio potencial ofensivo, trazendo maior celeridade na resolução e devolução a sociedade, defende-se que além da descarcerização, economia e celeridade processual, o negócio que ocorre entre as partes com autonomia da vontade de ambas formaria um acordo consensual negociado, que supostamente será vantajoso para a acusação e a defesa.

De acordo com Alexandre Morais da Rosa:

[...] o termo Justiça Penal Negociada se refere, de forma ampla, a Possibilidade de o Estado (acusação) e acusado (defesa), no palco de um possível ou de um já instaurado processo penal, negociarem até chegar a um acordo que beneficie ambas as partes. [...].¹

Observa-se a evolução e dissipação de políticas criminais negociais externas e sua influência no ordenamento jurídico Brasileiro, é evidente a tendência de expansão junto da crescente preocupação em sua aplicação. Verifica-se que os limites da transação penal e suspensão condicional do processo e delação premiada, estão essencialmente restritos a determinadas infrações penais e quantidade de pena em abstrato, logo possuem limitações que impedem a aplicação na grande porção das condutas do Código Penal e Leis Especiais.

2.2 JUSTIÇA NEGOCIAL PENAL

Cabe esclarecer que a justiça negociada penal está alicerçada no consenso, ou seja, independentemente de onde advém a motivação, seja do órgão acusador ou

---

¹ ROSA, Alexandre Morais da. **Como negociar o acordo de não persecução penal: limites e possibilidades**. Florianópolis: Emais, 2021. p.19.

da defesa, ambos dentro de suas autonomias de vontade devem atingir um objetivo em comum, o acordo, mesmo que para isso, se precise abdicar de alguns direitos, para que em benefício e prejuízo mútuo, ocorra a resolução do caso.

De acordo com Vinícius Gomes de Vasconcellos Barganha:

É o modelo que se pauta pela aceitação (consenso) de ambas as partes – acusação e defesa – a um acordo de colaboração processual com o afastamento do réu de sua posição de resistência, em regra, impondo encerramento antecipado, abreviação, supressão integral ou de alguma fase do processo, fundamentalmente com o objetivo de facilitar a imposição de uma sanção penal com algum percentual de redução, o que caracteriza o benefício ao imputado em razão da renúncia ao devido transcorrer do processo penal com todas as garantias a ele inerentes.²

Em razão do benefício mútuo os direitos restariam relativizados em prol do objetivo de atingir o consenso, de um lado o Ministério Público que é obrigado a perseguir a pena e do outro o investigado que opta por minorar possíveis efeitos de uma condenação.

2.3 ORIGEM E INFLUÊNCIA DE MECANISMOS NEGOCIAIS PENAIS NO ANPP

Cabe destacar que os sistemas jurídicos common law e civil law, são apoiados em costumes e na lei positivada, respectivamente, cada um possui características específicas que também os diferem. Eles caminham de mãos dadas com a história e cultura do povo e estado a qual são submetidos.

Em países como os Estados Unidos, que adota o sistema jurídico do common law, verifica-se utilização da justiça penal negociada, denominada como *plea bargaining*, que na tradução literal significa declaração negociada, considerando que acordos norte americanos podem se pautar com ou sem admissão de culpa, versando sobre fatos, imputações, penas, etc.. Semelhante ao ANPP quando utiliza a admissão de culpa pelo agente e por conseguinte admite a negociação referente ao tipo penal, forma com a qual irá executar o acordo e até mesmo se haverá perda de bens, dentre outros pontos importantes. Entretanto, o âmbito de aplicação do deste acordo abrange toda e qualquer espécie de infração penal, diferindo do ANPP,

---

² VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial**: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro. São Paulo: IBCCRIM, 2015. p. 55.

que possui um amplo rol de aplicação com restrições específicas, cabe pontuar a semelhança entre as partes que negociam, sendo ela realizada junto ao órgão acusador, sem que o juiz de direito participe da negociação em si.

Cabe citar a crítica referente ao encarceramento de Márcio Guedes, “Trata-se de instituto muito utilizado no sistema americano e sua aplicação é muito questionada especialmente em razão do encarceramento em massa existente por lá na atualidade”.³

A Inglaterra também utiliza o sistema common law e utiliza a justiça penal negociada, denominando-a de “*plea of guilty*”, partindo do mesmo norte, onde há a negociação extraprocessual entre acusação e defesa. Em forma semelhante ao acordo anteriormente citado, os ingleses tratam a confissão de três formas distintas.

Maria das Graças Nunes Ribeiro dispõe sobre as formas de tratamento da confissão nos acordos realizados na Inglaterra:

Conforme Rule 11, o réu possui três alternativas: declarar-se expressamente culpado (*plea of guilty*), afirmar que não contesta a acusação, sem assumir a culpa (*plea of nolo contendere*), ou declarar-se inocente (*plea of not guilty*).⁴

Em semelhança com o Acordo de Não Persecução Penal o acusado pode receber uma “vantagem” como por exemplo a redução da “pena” imposta.

Na Alemanha, que por sua vez adota o sistema *civil law*, possui um mecanismo semelhante ao Acordo de Não Persecução Penal, sobre a base legal dos acordos penais alemães, Vladimir Passos de Freitas dispõe que, “Na Alemanha eles tiveram início nos anos 1970, mesmo sem haver base legal.”⁵ O mecanismo, concebido e normatizado, no início por regramento administrativo que não possuía força de lei, mas possuía ampla aplicabilidade, mas diferentemente do Acordo de Não Persecução Penal, poderia tratar de delitos cometidos mediante a violência,

---

³ BERTI, Marcio Guedes. Análise da proposta de inclusão dos artigos 28-A e 395-A no Código de Processo Penal: plea bargain – a justiça penal negociada. p. 195-210. Livro eletrônico: **Estudos temáticos sobre o "pacote anticrime"**. Organizadores Lucas P. Carapiá Rios, Luiz Gabriel Batista Neves, Vinícius de Souza Assumpção. 1.ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019. p. 196.

⁴ RIBEIRO, Maria das Graças Nunes. **Colaboração premiada e o Sistema de eficiência e garantias**: necessidade de compatibilização no âmbito do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: 2017. Dissertações do Programa de Mestrado em Direito, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pdmd/article/view/5636>. Acesso em: 20 mar. 2022. p.25.

⁵ FREITAS, Vladimir Passos de Freitas. **O acordo no processo criminal é um caminho sem volta**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-30/segunda-leitura-acordo-processo-criminal-caminho-volta>. Acesso em: 27 de abr. 2022.

mas guardando similitude no tocante a promessa de agilidade do “processo” e diminuição da sanção caso houvesse a confissão do acusado.

Quanto a polêmica referente à aplicabilidade do mecanismo diante do processo penal, Mauro Fonseca Andrade:

Somente no ano de 2009, o acordo no âmbito penal foi introduzido na legislação alemã. Entretanto, diferenciou-se do sistema adotado pelo ordenamento brasileiro na medida em que quem propõe o acordo é o magistrado. Porém, a questão continuou sendo altamente polêmica por tutelar, com limitações ao devido processo legal, acerca da segurança pública e do status libertatis.⁶

Em Portugal, adepto ao *civil law*, percebe-se a inclusão de um mecanismo semelhante ao Acordo de Não Persecução Penal, tendo em vista que ocorreu pela via administrativa e por iniciativa do Ministério Público, de forma semelhante as Resoluções nº 181 e 183 do Ministério Público Brasileiro, gerando a mesma polêmica em relação à forma da qual foi instituída, referente ao princípio da legalidade, questão essa superada pela promulgação da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a similaridade também guardou relação com gravidade dos crimes, sendo que certa parcela deles foi incluída no âmbito de aplicação onde não era alcançada por outro mecanismo de despenalização.

Outro caso no direito comparado que guarda grande semelhança com a justiça brasileira é o de Portugal, Eduardo Maia da Costa preceitua, “Note-se que Portugal, no contexto europeu, terá sido dos países que, com o Código Penal de 1982, operou uma das mais extensas ações descriminalizadoras e despenalizadoras.”⁷ Apesar da descriminalização de alguns tipos penais houve a criminalização mais gravosa de outros crimes.

Pode se afirmar pela historicidade e forma de aplicação, no que se refere aos mecanismos negociais penais e especificamente no ANPP, que ele foi baseado em justiça negociada e teve sua origem no sistema common law, sendo que ao decorrer do tempo foi moldado e incluso em outros países de sistema *civil law*, até chegar ao

---

⁶ ANDRADE, Mauro Fonseca; BRANDALISE, Rodrigo da Silva. **Observações preliminares sobre o acordo de não persecução penal:** da inconstitucionalidade à inconsistência argumentativa. Porto Alegre: Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. p. 244.

⁷ COSTA, Eduardo Maia. **Justiça negociada:** do logro da eficiência. Revista da Defensoria Pública RS. Editora Coimbra, 2013. Disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2013/01/087-097-Justi%C3%A7anegociada.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Brasil por meio de outros dispositivos negociais e posteriormente ser instituído com os contornos atuais.

Quanto aos objetivos da justiça criminal consensual, Eduardo Maia Costa:

Todavia, cumpre destacar que o consenso como modelo de justiça criminal é típico de um estado liberal, sendo que, na questão processual, há a simulação ou reprodução de um modelo típico de relacionamento social, o contrato. Não é esta a concepção do direito penal na tradição europeia, e concretamente na portuguesa, as sanções são apenas para fins públicos (preventivo, geral e especial ou retribuição)⁸

Ademais, dentre os mecanismos analisados, a questão da obrigatoriedade na confissão do acusado é requisito para negociar o acordo bem como a abreviação do processo legal com supressão de etapas, estão presentes em ambos os sistemas, sejam eles instituídos dentro da legalidade ou costumes independentemente dos objetivos de cada estado-nação, cabe destacar que os princípios da presunção de inocência e devido processo legal também lhe são comuns a essas nações.

2.4 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A principal referência ao princípio da presunção de inocência na Declaração Universal dos Direitos Humanos é localizada no art. 11, ao exibir no seu artigo 11, parágrafo 1º:

Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.⁹

Cabe citar a possibilidade de manutenção da presunção de inocência partindo da leitura do art. 8º da Declaração Universal, ou seja, do devido processo legal, ao dizer que “todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais

---

⁸ COSTA, Eduardo Maia. **Justiça negociada**: do logro da eficiência. Revista da Defensoria Pública RS. Editora Coimbra, 2013. Disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2013/01/087-097-Justi%C3%A7anegociada.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

⁹ Assembleia Geral da ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 20 mar. 2022. art. 1.

competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei".¹⁰

Quanto ao princípio da presunção de inocência pelas palavras de Guilherme Graciliano de Araújo Lima:

Desse modo, seguindo uma interpretação principiológica e sistemática, é possível afirmar que, pelo princípio da não culpabilidade, ninguém pode ser perseguido ou condenado antes dos trâmites processuais legais, pois sua culpa somente se forma no modelo jurídico previsto na lei.¹¹

Conforme o exposto, há exigência do devido processo legal e respeito à presunção de inocência, diante do ordenamento jurídico Brasileiro por força da Constituição Federal que abarcou a Declaração Universal de Direitos Humanos.

O órgão acusador, no caso do ordenamento jurídico Brasileiro, o Ministério Público, através do um Promotor de Justiça, dentro do processo penal, necessita demonstrar elementos suficientes de autoria e materialidade do autor, sem a supressão das garantias processuais, especificamente a instrução probatória, sendo obrigação legal daquele em convencer/provar ao juiz que existem elementos suficientes para a condenação, já o acusado possui a faculdade de estritamente defender-se.

2.5 REGRAS DE TÓQUIO

Por referência às Regras de Tóquio (denominadas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade), que foram aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1990, por meio da Resolução no 45/110, como fundamento para a adoção de ferramentas alternativas de solução de casos penais.

No item 5.1 da citada resolução dispõe o seguinte:

---

¹⁰ Assembleia Geral da ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 20 mar. 2022. art. 1.

¹¹ LIMA, Guilherme Graciliano de Araújo. **Análise jurídica da presunção de inocência à luz da Declaração Universal de Direitos Humanos e o papel do Ministério Público como defensor do direito fundamental às liberdades**. Pernambuco: AMPPE, 2019. Disponível em: <https://amppe.com.br/analise-juridica-da-presuncao-de-inocencia-a-luz-da-declaracao-universal-de-direitos-humanos-e-o-papel-do-ministerio-publico-como-defensor-do-direito-fundamental-as-liberdades/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

Sempre que adequado e compatível com o sistema jurídico, a polícia, o Ministério Público ou outros serviços encarregados da justiça criminal podem retirar os procedimentos contra o infrator se considerarem que não é necessário recorrer a um processo judicial com vistas à proteção da sociedade, à prevenção do crime ou à promoção do respeito pela lei ou pelos direitos das vítimas. Para a decisão sobre a adequação da retirada ou determinação dos procedimentos deve-se desenvolver um conjunto de critérios estabelecidos dentro de cada sistema legal. Para infrações menores, o promotor pode impor medidas não privativas de liberdade, se apropriado.¹²

Sem dúvida é notório que a justiça negocial no âmbito do direito penal atrai medidas com diligência acelerada, devendo elas serem efetivas para evitar um processo criminal moroso, caso sendo possível abreviá-lo, que garanta-se condições justas a ambas as partes e respeito aos princípios constitucionais, oportunizando ao acusado a negociação de sua liberdade em pelo benefício de medidas alternativas, por meio de uma resolução do caso com assertividade semelhante ao processo criminal, mas com diminuição dos seus custos e tempo empregados, bem como uma sanção adequada a conduta cometida.

Nesse sentido, Jamil Chaim Alves dispõe sobre relativizar os interesses das partes:

A constatação de que o direito de liberdade já vem sendo negociado e, em algumas hipóteses, trazendo resultado pragmaticamente útil ao acusado e, ao mesmo tempo, implementando maior eficiência ao sistema penal, [...], pode impulsionar a adoção de novas técnicas e procedimentos que almejem similares objetivos.¹³

Ou seja, é notória a perseguição a processos que garantam maior eficiência apesar da supressão e relativização das garantias.

Diante do exposto nas Regras de Tóquio, visualiza-se a recomendação para que as medidas não privativas de liberdade como é o caso do ANPP, detenham contornos de mecanismos que sigam um rito procedimental alternativo ao rito comum do processo criminal, em vista da supressão de procedimentos que abreviam-no para atingir os objetivos anteriormente citados, é evidentemente benéfico ao acusado e a sociedade, quando a abreviação não suprime direitos e

---

¹² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Tóquio**: regras mínimas padrão das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. Brasília: CNJ, 2016. p. 17.

¹³ ALVES, Jamil Chaim, CUNHA, Rogério Sanches, BARROS, Francisco Dirceu, SOUZA, Renee do Ó, CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Acordo de não persecução penal** – 3 ed. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020. p. 199.

entrega a efetiva devolutiva à sociedade, trazendo ao final a resolução do caso com proporcionalidade a conduta cometida.

2.6 PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também chamado de Pacto de São José da Costa Rica, recebida no ordenamento jurídico brasileiro através do decreto presidencial nº 678/92, e recepcionada com status de supralegalidade, conforme entendimento do STF, afirma em seu artigo 8º, parágrafo 2º, a presunção de inocência, ao aduzir: “toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma a sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”.¹⁴

A presunção de inocência tem delimitação de seu conteúdo, conhecida como *nemo tenetur se detegere* tratada pela doutrina processual penal¹⁵, que defende que nenhum cidadão é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

As expressões que denotam a presunção de inocência são “não se auto-incriminar”, “não se confessar culpado”, “direito de permanecer calado”. A doutrina defende que o direito de não produzir prova contra si mesmo também compreende o âmbito fora do processo penal, de acordo com esse entendimento, pode ser aplicável durante uma investigação criminal ou em qual outro procedimento que não esteja dentro do processo penal.

Ademais, cita-se o artigo 8º, parágrafo 3º, no tocante a confissão: “A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza”.¹⁶ Cabe salientar que o ANPP não utiliza nenhuma forma de coação com o acusado, pois trata-se de confissão espontânea, porém exige que ela aconteça na integralidade dos fatos ocorridos, podendo acarretar em uma espécie de constrangimento ilegal, pois não existe possibilidade de negociar o acordo sem que a mesma aconteça, menos ainda de considerá-la de forma parcial.

---

¹⁴ BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

¹⁵ LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 2001. p. 50.

¹⁶ BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

Em suma, verifica-se no Pacto analisado em vista do ANPP, a desobrigação do acusado de produzir provas contra si mesmo por força do princípio da presunção de inocência, sem que o silêncio possa lhe causar prejuízo, ocorre que no ANPP, o acusado tem a obrigação de confessar quando deseja negociar o acordo, quando não deseja confessar também não existe possibilidade de negociar o acordo.

2.7 CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

A Constituição Federal Brasileira garante ao investigado seus direitos na seara criminal, sendo o instrumento diretriz ao qual o código de processo penal se submete para o julgamento dos atos ilícitos praticados. O magistrado atua como peça responsável pela aplicação das leis ao caso concreto dentro do processo penal acusatório, devendo perceber o acusado como ser humano que possui direitos e garantias fundamentais.

Nesse entendimento, Dias e Zaghlout expõem sobre a função do juiz:

O julgador, à luz da Constituição da República, deve assumir o processo convencido da inocência do acusado. Não cabe ao julgador funcionar como um braço da investigação conduzida, geralmente, pela Polícia Judiciária e nem da acusação. Ao juiz também não é dado incorporar a condição de defensor da sociedade, de protetor do interesse coletivo. O juiz, no processo penal democrático, atua como garantidor do respeito aos direitos fundamentais. Quando o juiz protege os direitos de uma pessoa, ele também está guardando os direitos dos demais.¹⁷

A previsão no ordenamento brasileiro constitucional dos princípios da presunção de inocência e devido processo legal, constam respectivamente no artigo 5º, inciso LVI: “ninguém será privado da liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal”., inciso LVII “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.¹⁸

---

¹⁷ DIAS, Paulo Thiago Fernandes; ZAGHLOUT, Sara Alacoque Guerra. A importância da decisão de pronúncia, o papel do juiz e a finalidade do processo penal à luz da Constituição da República. **Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição**. Curitiba. v. 2. n. 2. p. 539-559. Jul/Dez. 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitopenal/article/view/1438/PDF>. Acesso em: 29 abr. 2022. p. 149-150.

¹⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

Em vista da justiça penal negociada, a sua aplicabilidade abrevia o processo comum quando existe a proposição do acordo, sendo mais comum a motivação pela acusação, essa que requer ao acusado a confissão das condutas que lhe constam no inquérito policial, o investigado priva-se do direito de contestar as acusações e renúncia ao devido processo legal junto de suas garantias, para “merecer” uma pena menor, considerando a sua aceitação em confessar e conseqüentemente negociar as condições.

Apesar da ampla adesão à justiça penal negociada pelos diversos países, não significa que o mecanismo não possa ferir as garantias individuais.

Corroborando com essa afirmação, Fabretti e Vellozo:

Dentre as diversas críticas ao ANPP, destacam-se as seguintes: ausência do devido processo legal; excesso de discricionariedade ao órgão acusador; e ausência de um efetivo “acordo” entre as partes, tendo em vista que, na maioria das vezes, o acusado estará em situação de desvantagem em relação ao Estado e ao MP.¹⁹

Diante o exposto, o Acordo de Não Persecução Penal pode tropeçar no princípio da presunção da inocência. Se o princípio for considerado minorado com a celebração do Acordo, em vista da condição de confissão formal e circunstanciada, havendo produção de prova contra si mesmo que voluntária, sendo que o juízo de culpabilidade fica caracterizando porque após a sua homologação existe uma “pena/sanção”, apesar de parte da doutrina tratar de condições e não pena/sanção, considerando que não exista um processo ou sentença condenatória determinando sua execução.

Com o advento do ANPP ao ordenamento jurídico brasileiro, percebe-se uma diminuição das funções habituais do poder judiciário. Tendo em vista que o juiz somente “homologa” o acordo, deixando de exercer sua tarefa primordial da justiça que é julgar, dessa forma desfigura totalmente a essência do processo penal.

Considerando a necessidade do processo penal em avançar na sua execução, principalmente no tocante ao princípio da duração razoável do processo, garantia fundamental prevista no art. 5º, LXXVIII da CF. Contudo, o avanço de sua eficiência deve-se desenvolver com o norte do Estado Democrático de Direito, sem

---

¹⁹ FABRETTI, Humberto Barrionuevo; VELLOZO, Humberto Barrionuevo. Uma análise crítica sobre a lei anticrime do Ministério da Justiça. **Revista de Direito**. vol. 11, n. 1, 2019, p. 25-60. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Dir-Viçosa_v.11_n.1.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022. p. 49-50.

supressão dos direitos do acusado, sob o risco de corromper o devido processo legal.

Corroborando com este entendimento a crítica de Aury Lopes Jr:

[...] a este instituto, ao afirmar que não se pode objetivar a celeridade do procedimento se a consequência disso for o atropelo das garantias processuais, ou mesmo a completa supressão de uma jurisdição de qualidade, como acontece na justiça penal negociada.²⁰

Considerando o exposto, verifica-se que uma parcela significativa da doutrina criticando a constitucionalidade do mecanismo do ANPP, sob o principal argumento de que existe mitigação dos princípios do devido processo legal e presunção de inocência, visto que o acusado abre mão de suas garantias processuais fundamentais para buscar o benefício de uma pena menor e para isso precisa expor-se confessando de forma circunstanciada a conduta em questão, dessa forma fazendo prova contra si, sem que haja processo ou garantia de homologação do acordo.

2.8 CÓDIGO PENAL E CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIROS

Inicialmente cabe citar que no caput do artigo 28-A do Código de Processo Penal a necessidade da realização de uma confissão formal e circunstanciada como requisito para a constituição e celebração do acordo de não persecução penal, prevendo a obrigação do acusado em expor de forma circunstanciada os fatos ocorridos no momento do suposto ilícito penal.

Elenca-se o dispositivo do Código de Processo Penal que rege o Acordo de Não Persecução:

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente.²¹

---

²⁰ LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 92.

²¹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

Todavia, a natureza jurídica da confissão no ANPP difere daquela prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal, essa que prevê como atenuante da pena a confissão espontânea da autoria do delito se realizada diante da autoridade competente, também se difere da prevista nos arts. 197 a 200, do Código de Processo Penal, que possui natureza jurídica probatória, servindo como mais uma forma de comprovar os fatos que já constam no processo.

Comparando os objetivos da confissão no ANPP com a colaboração premiada, observa-se que a colaboração premiada é considerada um meio de obtenção de prova já o acordo de não persecução penal não possui objetivo probatório, pois a proposta do Ministério público não prescinde de uma investigação exige que já possua provas suficientes para demonstrar a autoria e materialidade do delito, logo a finalidade da confissão como prova se esvazia diante do ANPP, permanecendo a questão sobre a necessidade da auto-incriminação, sendo que o órgão acusador já possui em tese provas suficientes para caso não haja acordo de propor ação penal.

Diante da questão referente ao processo penal, o referido dispositivo concede a possibilidade do ANPP, condicionando a transação entre o Ministério Público e o acusado, se parece com Transação Penal, mas tem por objetivo elementar evitar a persecução, ou seja, o ajuizamento da denúncia.

Cabe observar que para mensurar a pena mínima cominada ao delito serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto. Vejamos que o Acordo de Não Persecução Penal foi criado para ser celebrado no contexto geral antes do oferecimento de denúncia ou queixa, desta forma não se pode falar em pena ou causas de aumento ou diminuição desta, pois o juiz somente as verificaria na terceira fase da dosimetria da pena de uma sentença penal condenatória.

Conforme ensinamento de Marcio Guedes Berti sobre a fixação de pena sem processo:

Registre-se ainda que chega ser absurda a ideia de que um acordo onde se pretende evitar o processo possa estabelecer pena, condenação; ora, desde sempre se sabe que não há pena sem processo (nulla poena sine

judicio).Ademais, instala-se um paradoxo, afinal, se o acordo é para evitar o processo, como pode estabelecer uma pena (condenação).²²

O autor defende que o Estado não pode privar os indivíduos de direitos fundamentais (processo legal), não bastando prosseguir com as etapas dentro do mecanismo, no processo legal exige-se razoabilidade da restrição, ou seja, o cumprimento dos procedimentos do processo para haver uma conclusão fundamentada e estabelecimento de uma sanção proporcional.

Considerando a ideia de proporcionalidade com a conduta cometida diante da duração razoável do processo, o Acordo de Não Persecução Penal não se poderia suprimir a justiça, ou seja, um processo legal para que haja pena, ou no caso sanção antecipada.

O entendimento que destoa da citação anterior, em síntese afirma que a falta de imposição na celebração do acordo, ou seja, a voluntariedade do agente em celebrar o acordo, remove a natureza de pena das condições acordadas entre o Ministério Público e o investigado.

Segundo Renato Brasileiro:

[...] em se tratando de pena, o Estado pode impor coercitivamente o seu cumprimento, pouco importando a voluntariedade do condenado. No acordo de não persecução penal, o investigado voluntariamente se sujeita ao cumprimento de certas condições não privativas de liberdade, que, se cumpridas, esvaziam o interesse processual no manejo da ação penal, dando ensejo ao arquivamento do procedimento investigatório e ulterior declaração da extinção da punibilidade. Enfim, como não há imputação (denúncia), nem tampouco, conseqüentemente, processo penal, não há e nem poderia haver a imposição de pena.²³

Ainda sobre a questão, cita-se o Enunciado n. 25 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), “O acordo de não persecução penal não impõe penas, mas somente estabelece direitos

---

²² BERTI, Marcio Guedes. Análise da proposta de inclusão dos artigos 28-A e 395-A no Código de Processo Penal: plea bargain – a justiça penal negociada. p. 195-210. Livro eletrônico: **Estudos temáticos sobre o "pacote anticrime"**. Organizadores Lucas P. Carapiá Rios, Luiz Gabriel Batista Neves, Vinícius de Souza Assumpção. 1.ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019. p. 195

²³ BERTI, Marcio Guedes. Análise da proposta de inclusão dos artigos 28-A e 395-A no Código de Processo Penal: plea bargain – a justiça penal negociada. p. 195-210. Livro eletrônico: **Estudos temáticos sobre o "pacote anticrime"**. Organizadores Lucas P. Carapiá Rios, Luiz Gabriel Batista Neves, Vinícius de Souza Assumpção. 1.ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019. p. 195

e obrigações de natureza negocial e as medidas acordadas voluntariamente pelas partes não produzirão quaisquer efeitos daí decorrentes, incluindo a reincidência.”²⁴

2.9 PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019

A nova lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 teve a sua publicação na mesma data a qual foi sancionada pelo governo federal, houve revogação expressa pelo § 2º da Lei nº 8.072, de 1990, da Lei dos Crimes Hediondos, considerando que o artigo 20 do dispositivo normativo contém a disposição sobre a sua vigência, passando a vigorar 30 (trinta) dias após a sua publicação oficial, no caso em 23 de janeiro de 2020, conforme a contagem de prazo prevista no artigo 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O Acordo de Não Persecução Penal ganha caráter normativo legal com a lei em análise, devido à necessidade de atender o princípio da obrigatoriedade da ação penal, tendo em vista que sua criação e aplicabilidade foi criticada por parte da doutrina em momento anterior à promulgação do Pacote Anticrime, em razão das resoluções 181 e 183 do CNMP essas que serão abordadas no próximo tópico.

Em síntese, o Pacote Anticrime modificou o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código de Processo Penal Militar, a Lei dos crimes hediondos, a Lei de Execução Penal, a Lei do Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, e demais.

Conforme citado, a referida lei alterou as leis penais e processuais. Considerando que lei penal mais rigorosa, não retroage para prejudicar o réu, de acordo com artigo 5º, inciso LX, da Constituição da República, conforme o princípio da retroatividade benéfica, irradiando que lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Em vista da alteração da norma com conteúdo processual, servindo-se do artigo 2º do Código de Processo penal, que traduz o princípio *Tempus Regit Actum*, dita que a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Observou-se que o texto aprovado teve mudanças significativas em relação ao texto original, tendo em vista questões que provavelmente seriam prejudiciais a alguns interessados, o texto aprovado também foi em parte suspenso em relação ao

---

²⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 269.

juiz de garantias, prevista nos Art. 3ºB-3ºF do CPP²⁵, considerada por muitos a principal alteração do Código de Processo Penal.

Diante dessa suspensão, é importante pontuar em relação a confissão e a figura suspensa do juiz de garantias, no Acordo de Não Persecução Penal o mesmo juiz que o homologou o acordo, ou seja, aquele que teve acesso a íntegra da confissão, será responsável por julgar o acusado na propositura da ação penal fundada no descumprimento do dispositivo.

Em decisão do ministro Marco Aurélio, que manteve o entendimento de que o juízo a se pronunciar sobre a homologação deveria ser o competente para supervisionar o inquérito e, em caso de descumprimento do acordo, julgar o processo-crime.

Colhe-se do voto do Ministro Marco Aurélio:

COMPETÊNCIA – ACORDO – NÃO PERSECUÇÃO PENAL – HOMOLOGAÇÃO. O acordo de não persecução penal, previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal, constitui negócio jurídico processual cuja homologação pressupõe atuação de Órgão judicante investido de competência para supervisão das investigações e julgamento de eventual ação penal. (PET 7.990/DF, publicação: 23/02/2021).²⁶

Alexandre de Moraes da Rosa e Gina Ribeiro Gonçalves Luiz comentam a alteração legislativa:

Concluimos que não adiantam alterações legislativas dissociadas de mudanças de mentalidades. O populismo penal mitiga os direitos fundamentais, muitas vezes por intermédio de interpretações regressistas, oportunistas, a pretexto de proteção da comunidade. Por conseguinte, em Estado Democrático de Direito, a proteção dos direitos do indivíduo deve desfrutar de posição de coexistência (e não de hierarquia) com a proteção dos interesses da sociedade, sob pena de o devido processo legal substancial ser mera promessa de amor.²⁷

²⁵ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

²⁶ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Segundo Ag. Reg. na Petição 7.990 Distrito Federal**. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Onyx Lorenzoni. Relator Min. Marco Aurélio, julgado em 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755305727>. Acesso em: 10 mai. 2022.

²⁷ ROSA, Alexandre Moraes da Rosa; LUIZ, Gina Ribeiro Gonçalves. **Resta algo do pacote anticrime? Mais punição e menos garantias**. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2020-nov-13/limite-penal-resta-algo-pacote-anticrime-punicao-garantias#:~:text=155%2C%20%2A7%204%2C%20BA%2DA\),pretexto%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunidade](https://www.conjur.com.br/2020-nov-13/limite-penal-resta-algo-pacote-anticrime-punicao-garantias#:~:text=155%2C%20%2A7%204%2C%20BA%2DA),pretexto%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunidade). Acesso em: 29 abr. 2022.

Diante do exposto, a crítica anterior reflete sobre alterações legislativas que visam atingir a grande coletividade, que dependendo da cultura comportamental da sociedade atingida em nada contribuem com a defesa dos direitos fundamentais.

Por fim, o acordo de não persecução criminal também é instruído na Lei nº 8.038, de 1990, que instituiu normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, previsto agora no § 3º, da lei em comento.

2.10 RESOLUÇÕES DO 181 E 183 DO MINISTÉRIO PÚBLICO

No ano de 2017, O Conselho Nacional do Ministério Público inaugurou a previsão normativa do Acordo de Não Persecução Penal, através da edição da Resolução nº 181/2017, em momento posterior alterou-a pela Resolução nº 183/2018, com objetivo de possibilitar a celebração de um acordo entre o Ministério Público e o autor do delito, para que não houvesse a persecução penal.

Conforme Bruna Cardoso de Brito, comenta sobre a medida legislativa:

A inserção do Acordo se deu quando o Conselho Nacional do Ministério Público- (CNMP), em sua Resolução nº181/2017 (com alterações na Resolução nº 183/2018), propagou um ato normativo elementar, onde procurou amenizar as questões enfrentadas devido a tardança para a resolução dos processos no judiciário. Logo após, alguns Projetos de Leis foram propostos: nº 8045/2010; PL nº 236/2012 e PL nº 882/2019, após os solicitantes requereram modificações no Código Penal e Processual Penal.²⁸

A redação original da Resolução nº 181/2017 do CNMP apresentava alguns pontos polêmicos e de constitucionalidade discutível, dentre elas, a possibilidade de celebração do Acordo de Não Persecução Penal sem a necessidade de homologação judicial, dispensando o controle jurisdicional, onde o MP teria total discricionariedade em relação ao acordo.

Em consequência disso, sobrevieram duas propostas de Ação Direta de Inconstitucionalidade em vista da citada Resolução, a primeira pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADI 5.793), e outra pela Associação dos Magistrados Brasileiros (ADI 5.790).

---

²⁸ BRITO, Bruna Cardoso de. **Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/acordo-de-nao-persecucao-penal/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Na essência, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade argumentam que a Resolução nº 181/2017 do CNMP detinha uma inconstitucionalidade formal, porque o Acordo de Não Persecução Penal foi instituído com natureza processual, logo a sua criação deveria ser por lei federal, conforme o disposto no art. 22, I, da CF, e não por uma resolução.

Em tempo, ainda sem terem sido julgadas as ADIs, a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), em seu art. 28-A no Código de Processo Penal, dispôs sobre o ANPP, o mesmo foi fruto da mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e da expansão dos mecanismos consensuais no âmbito penal.

Assim, o Acordo de Não Persecução Penal deixou de ser regulamentado por resolução normativa e passou a ser regido pelo Código de Processo Penal. Apesar da lei, ainda é possível que a Resolução 181/2017 do CNMP passe a ter função interpretativa, podendo servir de guia para esclarecer sobre as possíveis lacunas que surjam eventualmente no momento da celebração dos acordos.

Em análise às Resoluções 181 e 183 do CNMP, é possível visualizar as alterações no tocante ao conteúdo da confissão em vista da sua aplicabilidade.

É o que se colhe da Resolução nº 181 CNMP:

Art. 18. Nos delitos cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não- persecução penal, desde que este confesse formal e detalhadamente a prática do delito e indique eventuais provas de seu cometimento, além de cumprir os seguintes requisitos, de forma cumulativa ou não:²⁹

Já a Resolução nº 183 CNMP, dispõe que:

Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente.³⁰

No tocante a confissão, cabe citar que em ambas as Resoluções 181 e 183, continuam a exigência como requisito indispensável para celebração do acordo,

---

²⁹ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 181**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-181-1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

³⁰ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 183**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-181-1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

houveram modificações significativas referente ao conteúdo da confissão inicialmente de forma detalhada e posteriormente de forma circunstanciada e da necessidade do acusado em apresentar eventuais provas do cometimento do delito, que posteriormente foi suprimido.

3 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP

3.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA

A fim de compreender o conceito e a natureza jurídica do mecanismo, foram citadas três óticas conceituais distintas em vista das funções em que os autores estão situados no ANPP.

De acordo Promotor de Justiça Rogério Sanches da Cunha:

Ajuste obrigacional celebrado entre o órgão de acusação e o investigado (assistido por advogado), devidamente homologado pelo juiz, no qual o indigitado assume sua responsabilidade, aceitando cumprir, desde logo, condições menos severas do que a sanção penal aplicável ao fato a ele imputado.³¹

Conforme o advogado Altamiro Velludo Salvador:

O acordo é conceituado pela doutrina como uma espécie de medida despenalizadora, uma forma de ampliação da justiça consensual/negociada no Processo Penalista. Ocasionalmente ao investigado a possibilidade de não exercer o seu direito de se defender e de ser submetido a um julgamento feito por um juiz natural e imparcial, desde que confesse a autoria do fato averiguado ainda na fase do inquérito policial.³² (NETTO, 2020, p. 78)

Para o juiz Alexandre Morais da Rosa, o delegado de polícia André Luiz Bermudez e a advogada Luisa Walter da Rosa:

Portanto, a realização de um acordo de não persecução penal é uma escolha consciente das partes feita após uma análise panorâmica do caso concreto e do que foi produzido no inquérito policial em que investigação defensiva, pautada principalmente na autonomia privada e liberdade de decisão das partes.³³

Diante dos conceitos citados, o Acordo de Não Persecução Penal deve ser um ajuste consciente entre o titular da ação penal Ministério Público e o investigado, ocorrendo extraprocessualmente, com objetivo de negociar condições de

---

³¹ CUNHA, Rogério Sanches. **Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019**: Comentários às alterações no CPP, CPP e LEP. Salvador: Juspodvm, 2020. p. 127.

³² NETTO, Alamiro Velludo Salvador; et. al. **Pacote anticrime**: comentários à Lei n. 13.964/2019. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. p. 78.

³³ ROSA, Alexandre Morais da. **Como negociar o acordo de não persecução penal**: limites e possibilidades. Florianópolis: Emis, 2021. p. 28.

cumprimento de forma consensual, o investigado sempre será assistido por advogado, como seu próprio nome diz, tem objetivo de não submeter o caso ao judiciário, este que participa estritamente na homologação, decisão que possui natureza declaratória para conceder eficácia ao acordo.

O mecanismo despenalizador afasta o processo, mas necessita de uma oferta para que seja apreciado, ou seja, a motivação depende de uma escolha político-criminal do órgão acusatório ou do interesse da defesa, independente da parte motivante, haverá análise pelo órgão acusador a fim de realizar um juízo de necessidade e suficiência, considerando a realização do acordo, analisará a reprovação, verificando a adequação da finalidade retributiva da pena em abstrato e da prevenção do crime em vista da pena no âmbito geral e especial, considerará os interesses estatais e nem sempre representa os interesses da vítima.

A intenção em celebrar o acordo pelo investigado implica na obrigação de confessar o delito conjuntamente com a concordância em cumprir as condições alternativas extrapenais mais brandas que a pena que lhe seria imposta, tendo em vista que essa é restrita e reservada a jurisdição correspondente, dependendo de um processo acusatório moroso sem a supressão das garantias constitucionais.

3.2 OBJETIVOS

Os objetivos do Acordo de Não Persecução Penal, estão ligados umbilicalmente a enorme demanda no judiciário considerando a quantidade de ações penais em curso, em vista da 3ª maior população carcerária mundial, da falta de devolutiva à sociedade de resolução célere dos casos de alta relevância, bem como na morosidade do próprio processo penal, entre outros, que não condizem com a necessidade de melhor distribuir recursos públicos em políticas criminais sustentáveis.

Apesar da grande problemática em torno da atual situação do processo penal, o Acordo de Não Persecução Penal, busca objetivamente resolver grande parcela dos crimes, antes não abrangida pelos demais mecanismos despenalizadores, com um formato consensual de negócio que busca a celeridade, com modos alternativos a sanção/pena para que o crime não permaneça impune e seus danos sejam rapidamente mitigados, bem como se reduza a atual e futura população carcerária.

3.2.1 DESCARCERIZAÇÃO

É notório perceber entulhamento da justiça criminal brasileira bem como a sua incapacidade sistêmica para atender a demanda, sendo principalmente esses fatores que influenciam o fortalecimento da justiça consensual. Esse desequilíbrio temporal ampara a implementação de atalhos e soluções imediatas, dessa forma pode conduzir a uma justiça instantânea ilusória, que não considera o lapso temporal necessário, sem que haja respeito ao tempo do direito e o tempo do processo.

Segundo o último levantamento da população prisional no Brasil realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen):

[...] com dados até julho de 2021, a população prisional permaneceu estável, com um leve aumento de 1,1%, passando de 811.707 pessoas com alguma privação de liberdade em dezembro 2020, para 820.689 em junho de 2021. Desses, 673.614 estão celas físicas e 141.002 presos em prisão domiciliar. Já a disponibilidade de vagas para custodiados no sistema aumentou 7,4%, diminuindo o déficit de vagas.³⁴

Cabe citar que 41,5% (337.126) são presos provisórios – pessoas ainda não condenadas e que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e China.

Diante dos fatos expostos e o mecanismo do Acordo de Não Persecução Penal, se percebe aquele como solução imediatista para evitar o cárcere e possivelmente desencarcerar em volume expressivo a população existente, necessário considerar que o Acordo de Não Persecução Penal não abrangerá 1/3 da população carcerária que é decorrente da criminalização das drogas, pois o Acordo de Não Persecução Penal não se aplica ao crime de tráfico. Apesar das divergências entre a sua aplicabilidade no tempo, pode-se considerar o anteriormente exposto na resolução nº 98 do Ministério Público Federal³⁵, que prevê

---

³⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Segundo Levantamento do Depen, as vagas no sistema penitenciário aumentaram 7,4%, enquanto a população prisional permaneceu estável, sem aumento significativo.** Divisão de Comunicação Social Depen, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-levantamento-do-depen-as-vagas-no-sistema-penitenciario-aumentaram-7-4-enquanto-a-populacao-prisional-permaneceu-estavel-sem-aumento-significativo>. Acesso em: 24 abr. 2022.

³⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Enunciados da Segunda Câmara Criminal.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/enunciados>. Acesso em: 10 mai. 2022.

a sua aplicabilidade no curso da ação penal, obviamente, atendendo aos demais requisitos do mecanismo e peculiaridades de cada caso.

Sobre a possibilidade de descarcerização no Acordo de Não Persecução Penal, Renato Lima Brasileiro:

Além disso, contribui para a diminuição da população carcerária, especialmente nos estabelecimentos de regimes semiaberto e aberto, hoje amplamente superlotados. Ao aceitar e cumprir o pacto, o acordante tem maior previsibilidade da sanção, afasta-se da ameaça de pena prisional e mantém sua primariedade, neutralizando o estigma e aflição inerentes ao processo penal. O estímulo à autorresponsabilização (inviável no ambiente carcerário) serve como instrumento ressocializador. Cria-se mais uma chance de evitar uma condenação penal, reduzindo seus efeitos deletérios e socialmente negativos.³⁶ Evita-se uma “revitimização” causada pelo processo penal, onde é necessária a presença do ofendido e a ratificação de suas declarações tomadas em sede investigativa.³⁶

O comentário esclarece e destaca a importância de aderir a mecanismos que busquem além de abreviar o processo, mas ressocializar os indivíduos, cumprindo o verdadeiro objetivo da pena.

3.2.2 CELERIDADE RESOLUTIVA

Inicialmente cabe analisar o último relatório da Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça realizado em 2021, que demonstra o volume e tempo médio para a resolução dos processos criminais.

Conforme o relatório do CNJ de 2021:

Em 2020, ingressaram no Poder Judiciário 1,9 milhão de casos novos criminais, sendo 1,2 milhão (63,2%) na fase de conhecimento de primeiro grau; 11 mil (0,6%) nas turmas recursais; 567,6 mil (29,3%) no segundo grau; e 133,4 mil (6,9%) nos tribunais Superiores. Além dos 1,9 milhão, foram iniciadas 311,6 mil execuções penais, totalizando 2,2 milhões de casos novos criminais, quando computadas as execuções.³⁷

Cabe ainda chamar atenção ao aumento no acervo, Conselho Nacional de Justiça:

---

³⁶ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020, p. 275.

³⁷ Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2021**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf>. Acesso em: 25 abr 2022. p. 214.

[...] apresentou aumento no acervo de 12,2%, que atingiu o terceiro maior quantitativo de processos criminais em tramitação de toda a série histórica. Os casos pendentes equivalem a 3,1 vezes a quantidade de processos baixados no mesmo ano [...].³⁸

Da resolução dos processos, considerou-se o tempo médio em sede do Poder Judiciário Nacional e média de todos os Tribunais Estaduais; sendo 3 anos e 10 meses para o Poder Judiciário e 4 anos para os Tribunais Estaduais.

Diante das informações apresentadas percebe-se o grande volume de processos novos e represados no judiciário, bem como o lapso temporal compreendido entre o início da persecução criminal e seu desfecho, ou seja, da denúncia até primeira decisão e seu respectivo recurso ao tribunal *ad quem*.

Cabe citar recente notícia ventilada pelo Ministério Público de Santa Catarina:

Apenas 20 dias após a prisão em flagrante do investigado, o MPSC firmou acordo de não persecução penal, garantindo a sanção ao acusado e a compensação às vítimas e à sociedade. A repreensão à conduta do investigado de forma tão célere demonstra a eficiência do acordo de não persecução penal.³⁹

Considerando todo o exposto, o Acordo de Não Persecução Penal se torna mecanismo que encurta o lapso temporal em comparação a tradicional persecução criminal, certamente não poderá ser aplicado a todos os casos devido aos seus requisitos, mas em quantidade significativa, gerando além da diminuição do tempo de resolução também a devolução célere a sociedade, logo o mecanismo atendendo ao princípio da razoável duração da persecução penal.

3.2.3 RACIONALIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL

A alternativa que possibilita o consensual permite “uma racionalização do sistema de justiça criminal”, considerando que atualmente é extremamente lento e custoso, em razão do grande volume de processos, consequentemente gera um

³⁸ Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2021**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022. p. 214.

³⁹ Ministério Público de Santa Catarina. **Acordo de não persecução penal permite a solução de casos em menos de um mês em Criciúma**. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/acordo-de-nao-persecucao-penal-permite-a-solucao-de-caso-em-menos-de-um-mes-em-criciuma>. Acesso em: 11 mai. 2022.

comprometimento a qualidade e celeridade da prestação jurisdicional. O ANPP busca uma maior celeridade conforme (art. 5º, LXXVIII, da CF), eficiência (art. 37, caput, da CF) e proporcionalidade (art. 5º, LIV, da CF) abrangendo os crimes de médio potencial ofensivo e possibilitando atenção aos casos complexos e relevantes.⁴⁰

Segundo Renee do Ó Souza e Rogério Sanches Cunha, sobre a eficiência judicial:

[...] diante da constatação de que o Judiciário seria incapaz de dirimir tempestiva e satisfatoriamente todos os conflitos que lhe são submetidos, “é muito mais vantajoso uma imediata decisão negociada, que cumpra a função dirimente do conflito do que uma decisão proferida ao longo de anos, incapaz de cumprir com as funções da pena nem de recompor o sentimento social de validade das normas. [...]”⁴¹

Considerando o exposto, visualiza-se a otimização do conflito entre o lapso temporal tradicional da persecução penal e a efetiva resolução do caso, diante da demora na persecução penal que torna ineficaz a função do processo penal.

A celebração de acordos representa também a possibilidade de otimização dos custos estatais com a gestão da administração da justiça e com a tramitação das ações penais (atividade cartorária, realização de audiências, condução de réus e testemunhas, etc.).

3.3 ABRANGÊNCIA DE APLICABILIDADE.

O âmbito de aplicabilidade do Acordo de Não Persecução Penal está situado no código penal e leis especiais, podendo ser firmado com o investigado em um procedimento formal de natureza investigatória/criminal, abrangendo até mesmo um

⁴⁰ MAS, Carlo Velho, **O Acordo de não Persecução Penal como ferramenta Político Criminal de Despenalização dos crimes de médio potencial ofensivo**. Disponível em: <https://www.camargomasi.com.br/o-acordo-de-nao-persecucao-penal-como-ferramenta-politico-criminal-de-despenizacao-dos-crimes-de-medio-potencial-ofensivo/#:~:text=Artigos-,O%20Acordo%20de%20n%C3%A3o%20Persecu%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20como%20Ferramenta%20Pol%C3%ADtico%2DCriminal,Crimes%20de%20M%C3%A9dio%20Potencial%20Ofensivo&text=O%20desenvolvimento%20do%20processo%20penal,como%20dos%20mecanismos%20de%20repara%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 abr. 2022.

⁴¹ SOUZA, Renee do Ó; CUNHA, Rogério Sanches. **A Legalidade do Acordo de Não Persecução Penal: Uma Opção Legítima de Política Criminal**. In: CUNHA, Rogério Sanches; BARROS, Franciso Dirceu; SOUZA, Renee do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (coord). **Acordo de Não Persecução Penal: Resolução 181/2017 do CNMP com as alterações feitas pela Res. 183/2018**. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 123-130.

crime de ação privada, importante ressaltar que os crimes sejam de competência da justiça comum e especial apesar da falta de disposição sobre essa última, ainda precisam atender aos requisitos objetivos do Art. 28-A e demais intrínsecos a conduta e ao CP e CPP, como causas de aumento e diminuição, temporalidade, vontade do agente e consumação.

Os requisitos estão dispostos no Art. 28-A *caput* do CPP, (I) não ser caso de arquivamento (da investigação); (II) confissão formal e circunstanciada do fato pelo agente; (III) infração penal não cometida com violência ou grave ameaça; (IV) pena mínima inferior a 4 (quatro) anos - esses todos são previstos no caput, do art. 28-A, do CPP -; (V) não ser cabível transação penal; (vi) não ser o investigado reincidente; (VII) não ter sido o agente beneficiado com Acordo de Não Persecução Penal, transação penal ou suspensão condicional do processo nos últimos cinco anos e (VIII) não se tratar de crime praticado em âmbito de violência doméstica ou familiar ou contra mulher por razões da condição o sexo feminino - esses são os previstos no § 2º, do art. 28-A, do CPP.

Além dos requisitos citados, o representante do Ministério Público deverá considerar o disposto no Art. 28-A, § 1º referente às “causas de aumento e diminuição”⁴², ainda no tocante a pena em abstrato precisará considerar o elemento volitivo do agente.

Em relação a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal considerando o elemento volitivo, tratando-se de crimes culposos com resultado violento, vislumbra-se que o argumento que guarda mais coerência é que o afirma que o elemento violência/grave ameaça impeditivas do Acordo de Não Persecução Penal devem estar na conduta, e não no resultado. Esse é o posicionamento oficial do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, conforme o ENUNCIADO 23 Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados (CNPGE).

Conforme o doutrinador Renato Brasileiro de Lima:

Sem embargo do silêncio do art. 28-A, caput, parece-nos que a violência ou grave ameaça aí citada necessariamente deverá ter sido praticada a título doloso, daí por que há de se admitir a celebração do acordo na hipótese de eventual crime culposos com resultado violento (v.g., lesão corporal culposa),

---

⁴² BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

desde que presentes os demais requisitos. A violência que impede a celebração do acordo, portanto, é aquela presente na conduta, e não no resultado.⁴³

A consumação do crime conforme art. 14, parágrafo único, CP⁴⁴, referente a tentativa também precisa ser verificada, pois caso ocorra somente a tentativa a pena em abstrato poderá ser reduzida de um a dois terços, considerando a falta de disposição de como calcular as causas de aumento e diminuição variável da pena em abstrato, a doutrina nos socorre.

De acordo com Aury Lopes Jr:

Desse modo, para se saber se o investigado tem direito ao ANPP quando o crime tiver causa de aumento ou de diminuição variável, leva-se em conta: na causa de aumento, a fração que menos aumentar a pena mínima e na causa de diminuição, a fração que mais diminuir.⁴⁵

Referente ao cabimento de aplicação do Acordo de Não Persecução Penal a ações penais em curso em que o indiciado já tenha sido denunciado e em grau recursal por retroação do Art. 28-A, reside a maior polêmica do mecanismo, entretanto ainda prevalece a posição adotada pelas 5ª e 6ª Turmas do STJ em consonância com a 1ª Turma do STF, que em suma, não permite a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal após o recebimento da denúncia. Cabe acompanhar o voto do ministro Gilmar Mendes pelo cabimento do Acordo de Não Persecução Penal até o trânsito em julgado no HC 185.913/DF, com discussão prevista em plenário em 18 de maio de 2022.

Recorte da tese do Ministro Gilmar Mendes:

É cabível o acordo de não persecução penal em casos de processos em andamento (ainda não transitados em julgado) quando da entrada em vigência da Lei 13.964/2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento. Ao órgão acusatório cabe manifestar-se motivadamente

---

⁴³ BRASILEIRO DE LIMA, Renato. **Manual de Processo Penal**. Salvador: Editora Jus Podvim, 2020. p. 280.

⁴⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 10 abr. 2022.

⁴⁵ LOPES, Aury Lopes Junior. **Limite Penal questões polêmicas acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-06/limite-penal-questoes-polemicas-acordo-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 27 abr. 2022.

sobre a viabilidade de proposta, conforme os requisitos previstos na legislação, passível de controle, nos termos do artigo 28-A, §14, do CPP.⁴⁶

Cabe aguardar as próximas decisões para verificar se haverá pacificação do entendimento, em vista da possibilidade aumento da aplicabilidade em benefício aos acusados.

3.4 O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL ATÉ A SUA HOMOLOGAÇÃO

O mecanismo pré-processual possui uma sistemática procedimental prevista no artigo 28-A do CPP⁴⁷, além do cumprimento dos requisitos e análise de admissibilidade pelo órgão ministerial que considerará a necessidade e suficiência do acordo para reprovação e prevenção do crime, cabe verificar quais são os possíveis interessados, qual consequência do seu indeferimento e se existe recurso cabível para essa decisão, como se trata a decisão que recusa a homologação judicial e quais os efeitos e consequências do (des)cumprimento do acordo.

3.4.1 INICIATIVA (INTERESSADOS)

Verificando o Art. 28-A, visualizasse que a proposta de um acordo de não persecução penal deva partir do Ministério Público, não obstante, não há vedação para que a proposta seja realizada pela defesa, cabe esclarecer que a prática de uma negociação entre partes não se trata de uma imposição ou neste caso uma concessão da acusação, pois apesar da controvérsia versando sobre o direito subjetivo do autor a corrente majoritária defende que se trata de faculdade do Ministério Público em propor o acordo. Cabe citar que o Informativo 1017 do Supremo Tribunal Federal trata da impossibilidade do poder judiciário impor a obrigação ao MP.

---

⁴⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 194.677/SP**. Relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 11.5.2021. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755305727>, Acesso em: 10 mai. 2022.

⁴⁷ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

No Enunciado n. 19 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), que diz: “O acordo de não persecução penal é faculdade do Ministério Público, que avaliará, inclusive em última análise (§ 14), se o instrumento é necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime no caso concreto”.⁴⁸

Referente a possibilidade de a defesa propor o ANPP, Alexandre Morais da Rosa:

Logo, é plenamente possível, e inclusive recomendável, que a defesa tome a iniciativa de procurar o interesse do investigado em realizar o acordo. É uma atitude proativa louvável que demonstra boa-fé, lealdade, respeito e confiança da outra parte no jogo negocial.⁴⁹

A iniciativa da defesa conforme comentado guarda grande demonstração de voluntariedade e boa fé a fim de evitar o processo moroso e custoso para o Estado, ademais os interessados se tornam jogadores diante do procedimento, pois além de preencher requisitos traçam estratégias para melhor atender os seus objetivos diante da posição que ocupam no “jogo”.

3.4.2 PROCEDIMENTO

Considerando que os requisitos citados anteriormente foram preenchidos, para que o acordo pudesse ser proposto pelo órgão ministerial ou pela defesa, sendo o caso de admissão do acordo pelo MP, pactuarão as partes (MP, investigado e defensor) por escrito no tocante ao acordo e às obrigações que o investigado terá de cumprir e, por fim, se solicitará a homologação judicial, que será realizada por audiência para verificar a voluntariedade do investigado diante da sua oitiva e

---

⁴⁸ Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal. **Enunciado nº 19**. O acordo de não persecução penal é faculdade do Ministério Público, que avaliará, inclusive em última análise (§ 14), se o instrumento é necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime no caso concreto. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022.

⁴⁹ ROSA, Alexandre Morais da. **Como negociar o acordo de não persecução penal: limites e possibilidades**. Florianópolis: Emais, 2021. p. 99.

análise da legalidade, caso haja homologação, devolverá os autos ao MP para a execução das obrigações pactuadas perante o juízo da execução penal.

As obrigações serão pactuadas de modo alternativo ou cumulativo seguindo disposto nos incisos I a V do Art. 28-A, CP⁵⁰, sendo elas:

- I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo;
- II - renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;
- III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);
- IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou
- V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

A homologação dar-se-á pelo magistrado, legitimado com o poder-dever de analisar a legalidade do pactuado entre o órgão ministerial e o investigado com seu defensor, conforme (art. 28-A, § 4º, CPP). O controle de legalidade considera determinados aspectos, sendo eles; a existência de elementos convincentes sobre autoria e materialidade (seriam eles suficientes para o recebimento da denúncia, não obstante, não seriam eles necessários para que houvesse para condenação), caso esse lastro de indícios mínimo não existisse seria o caso de arquivamento. Além do controle de viabilidade, existem outros, como o controle sobre a tipicidade, prescrição, representação da vítima, que poderiam levar ao arquivamento do inquérito policial.

Referente a publicidade da vítima o § 9º do artigo 28-A, CPP, "A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento."⁵¹

Cabe citar dois efeitos benéficos ao acusado, o primeiro é que ao final do cumprimento do acordo, desde que seja cumprido na integralidade, o juízo

---

⁵⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁵¹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

competente decretará a extinção da punibilidade, conforme § 13, Art. 28-A, CPP e o segundo que a celebração do acordo não constará na certidão de antecedentes criminais, servirá somente para fins de inviabilizar a celebração de novo acordo no prazo de 5 (cinco) anos, conforme § 12, Art. 28-A, CPP.

3.4.3 DA RECUSA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mesmo que preenchidos os pressupostos/requisitos elencados, o MP, poderá recusar-se a propor o acordo ou proposta da defesa, diante da negativa, caberá ao investigado insurgir-se caso discorde da decisão, podendo requerer que seja enviado ao órgão superior, conforme o § 14, art. 28-A, CPP:

§ 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos ao órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.⁵²

O tribunal superior vem decidindo conforme esse entendimento, cabe citar um recorte do voto do ministro Gilmar Mendes no Habeas Corpus nº. 194677.

É o que dispõe o recorte do voto do ministro Gilmar Mendes:

[...] A defesa tinha direito ao reexame da negativa apresentada pelo representante do MP em primeiro grau, sendo ilegítima a recusa do julgador que impediu a remessa. [...].⁵³

Visualiza-se que a garantia do segundo grau de jurisdição em favor do investigado necessita ser preservada, em vista do risco de violação do princípio do contraditório é indispensável a figura do defensor para zelar pelo investigado.

3.4.4 RECUSA DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL E RECURSO

---

⁵² BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁵³ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **HC nº 194677**. Impetrante: Defensor Público-Geral Federal. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Min. Gilmar Mendes, julgado em 11 de mai. de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6060104>. Acesso em: 10 mai. 2022.

O magistrado no momento de verificar a voluntariedade do investigado diante da sua oitiva e análise da legalidade do acordo, poderá recusar-se a homologá-lo, nos casos previstos nos parágrafos 5^a, 7^a e 8^a do Art. 28-A, CPP. Apesar de a recusa possibilitar a reformulação, adequação ou complementação pelo Ministério Público, ainda assim o juiz poderá recusar-se a homologar, caso ele verifique que os pressupostos não estejam preenchidos.

Demonstrando as causas de recusa e possibilidade para se obter a homologação, os parágrafos 5^a, 7^a e 8^a do Art. 28-A, CPP:

§ 5º Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

§ 7º O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação a que se refere o § 5º deste artigo.

§ 8º Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.⁵⁴

Diante da recusa na homologação judicial, o MP pode realizar as medidas citadas ou insurgir-se via Recurso em Sentido Estrito (RESE), conforme art. 583, XXV, CPP⁵⁵ (alteração que também veio através do Pacote Anticrime).

3.4.5 DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E RECURSO

O descumprimento do acordo de não persecução penal está previsto nos §§10 e 11 do art. 28-A do CPP. Caso, sejam descumpridas alguma das condições pactuadas, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.

Tendo em vista que não há previsão da rescisão imediata, mas um procedimento para tratar do caso, logo, caso seja decretada a rescisão do ANPP

⁵⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

⁵⁵ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

motivada pelo descumprimento do investigado e oferecida a denúncia, poderá o Ministério Público deixar de apresentar proposta de sursis processual, quando cabível, utilizando como motivação o inadimplemento do acordo anteriormente firmado (art. 28-A, §11 do CPP).

Ainda caberá ao juiz analisar os motivos do descumprimento e verificar se o cumprimento das possíveis condições de uma *sursis* poderiam ser frustradas devido às razões que motivaram a rescisão do pactuado.

Cabe observar que o legislador não previu a prática de nova infração penal como motivo que justificasse a revogação do ANPP, conforme os §§3o e 4o do art. 89 da Lei n. 9.099/95, no tocante às hipóteses de revogação obrigatória e facultativa do sursis processual.

Referente ao recurso cabível para a decisão que rescinde o recurso, não há previsão específica para o ANPP, apesar do princípio da fungibilidade, é necessário garantir a voluntariedade para recorrer da decisão.

Afirma o Doutrinador Alexandre Morais da Rosa:

Por ser uma decisão proferida no âmbito da execução do acordo, portanto pelo Juízo da Execução Penal, entendemos que o recurso cabível contra a decisão que determine a rescisão do acordo é o agravo em execução, previsto no art. 197 da Lei de Execução Penal.⁵⁶

Por fim, cabe citar que também não existe vedação para impetrar mandado de segurança ou, em alguns casos, habeas corpus.

---

⁵⁶ ROSA, Alexandre Morais da. **Como negociar o acordo de não persecução penal: limites e possibilidades**. 1. ed. Florianópolis: Emais, 2021. p. 79.

4 A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PROCESSO PENAL

Conforme foi citado, a confissão é requisito objetivo para a celebração do Acordo de Não Persecução Penal, logo, caso não seja realizada inviabiliza o Acordo de Não Persecução Penal e impossibilita por consequência que o investigado e o Estado obtenham vantagens em relação à persecução criminal.

Considerando a suposta violação do princípio da presunção de inocência pela exigência da confissão, que é imposta ao investigado para celebrar o Acordo de Não Persecução Penal e considerando a suposta violação do princípio do devido processo legal, que utiliza a produção de prova pelo investigado para imputar-lhe uma pena sem um processo, passou-se a analisar de forma pontual; aspectos relevantes da confissão diante do mecanismo negocial, aplicadamente a normativa pátria, jurisprudência e doutrina.

Objetivando verificar a validade das hipóteses levantadas através do material pesquisado.

4.1 CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A confissão no ANPP está prevista no art. 28-A, caput, do CPP imposta como um dos requisitos objetivos para negociar o acordo, sendo que o investigado necessita ter confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal.

Guilherme de Souza Nucci, informa que a confissão representaria “a admissão de culpa, de maneira expressa e detalhada”.⁵⁷

Fernando Capez, conceitua a confissão “[...] a declaração voluntária, feita por um imputável, a respeito de fato pessoal próprio, desfavorável e suscetível de renúncia.”⁵⁸

A confissão tem sido admitida em diferentes momentos da fase pré-processual, seja no inquérito para o Delegado de Polícia ou podendo ser realizada na audiência extrajudicial designada pelo Ministério Público para a

---

⁵⁷ NUCCI, Guilherme de Souza, **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. p. 222-223.

⁵⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. Editora Saraiva, 2022. p. 169.

celebração do acordo de não persecução penal, independentemente do momento que a confissão ocorra, quem avaliará os requisitos e condições pessoais para negociação e pactuação do acordo será sempre o órgão responsável pela persecução criminal, no caso o Ministério Público.

Apesar de o CPP ter reproduzido quase que totalmente o artigo 18 da Resolução nº 181 do CNMP, não reproduziu seu parágrafo 2º do art. 18, o qual dispõe que “a confissão detalhada dos fatos e as tratativas do acordo serão registrados pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, e o investigado deve estar sempre acompanhado de seu defensor.” Apesar da lei nº 13.964/19 ser posterior à Resolução e não previu a necessidade de gravação da confissão e das tratativas. Logo a sua produção “formal” se concretiza quando realizada perante a autoridade pública (Ministério Público). Assim, a formalidade na produção se resume ao fato de sua realização se dar perante autoridade pública, sendo o investigado acompanhado de defensor.

Segundo a doutrina de Alexandre Morais da Rosa:

Há de se registrar que a confissão da Lei Anticrime deve ser “circunstancial” e não “circunstanciadamente”, como previam as Resoluções 181-183 do CNMP (art.18), ou seja, não se trata de confissão com todos os detalhes ou além do negociado. A alteração, aparentemente sutil, traz consigo modificação significativa, justamente por impedir a exploração para além dos limites do acordo sobre o objeto da ação penal. Com isso, deve-se negociar a extensão dos termos da confissão evitando surpresas.⁵⁹

Entende-se circunstancial, como algo que depende, ou está vinculado a alguma coisa, ou seja, a confissão é relativa a uma circunstância, negociar o acordo, que neste caso vincula a confissão a conduta em razão da pretensão do acordo. Segundo o Dicionário da MICHAELIS de Português, tem por circunstancial “Que se baseia em indícios (diz-se de prova)”⁶⁰, podendo-se interpretar a confissão no ANPP como um vínculo pré-processual que expressa admissão sobre os indícios de prova.

A confissão circunstância ainda pode ser compreendida quanto ao que compõe o seu conteúdo, podendo conter todos os detalhes e minúcias do delito, importante salientar que não há vedação para inclusão no relato de eventual participação de terceiro na prática do crime.

---

⁵⁹ ROSA, Alexandre Morais da. **Delação Premiada como negócio jurídico**: ausência de coação como requisito de validade. Florianópolis: Ematis, 2019. p. 25.

⁶⁰ CIRCUNSTANCIAL. *In*: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=VDkK>. Acesso em: 09 mar. 2022.

Por analogia ao mecanismo negocial previsto na Lei 12.850 (Delação Premiada), apesar de servir a persecução penal, pode se verificar que a confissão como moeda de troca que relata eventual participação de terceiro não tem valor probatório, visto que, não é prova em si, mas um meio de atingir a prova. Conforme Alexandre Morais da Rosa; “[...] a delação premiada pode servir como meio de prova na persecução penal, ao dar ao investigador indicativos da materialidade e autoria do delito.”⁶¹

Corroborando com esse entendimento, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Delação e depoimento de informante não podem ser decisivos para a condenação: Delação de corréu e depoimento de informante não podem servir como elementos decisivos para a condenação (AP 465/DF, rel. min. Cármen Lúcia, julgado em 24-4-2014, acórdão publicado no DJE de 30-10-2014 – Informativo 743, Plenário).⁶²

E ainda:

Acordo de colaboração premiada não constitui meio de prova propriamente dito: O acordo de colaboração premiada é meio de obtenção de prova destinado à aquisição de elementos dotados de capacidade probatória. Não constitui meio de prova propriamente dito, portanto (HC 127.483, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 26 e 27-8-2015, acórdão publicado no DJE de 4-2-2016 – Informativo 796, Plenário).⁶³

Logo, para que a confissão tenha força probatória em relação ao corréu, é necessário que oportunize-se o contraditório conforme (CF, art. 5º, LV). Nestes casos, o entendimento que predomina é que, o investigado/delator produz a confissão da sua autoria em vista dos indícios apresentados. Entretanto, com relação aos terceiros, essa confissão só terá força de prova testemunhal.

---

⁶¹ ROSA, Alexandre Morais da. **Delação Premiada como negócio jurídico**: ausência de coação como requisito de validade. Florianópolis: Emais, 2019. p. 25.

⁶²BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AP 465/DF**. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Fernando Affonso Collor de Mello. Relatora Min. Carmém Lúcia, julgado em 11 de mai. de 2021. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=AP%20465&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 10 mai. 2022.

⁶³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 127.483**. Impetrante: JOSÉ LUIZ OLIVEIRA LIMA E OUTRO (A/S). Coator: Relator da Pet. 5244 DO Supremo Tribunal Federal. Relator Min. Dias Tófoli, julgado em 27 de ago. de 2015. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=HC%20127.483&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 25 abr. 2022.

Cabe ressaltar que o investigado/delator não responde por falso testemunho, visto que a delação premiada é caso de testemunho impróprio, porque a isenção de suspeição não pode ser exigida na qualidade de testemunha, pois se trata de corrêu, considerando que este é parte do processo. Por fim, o investigado/delator, considerado a figura do informante, não precisa prestar a obrigação de dizer a verdade.

Dessa forma, se verificado que a confissão for parcial, ou o investigado estiver confessando com reservas, omitindo informações ou mentindo, o titular da ação penal poderá justificadamente negar-se de negociar o acordo.

Não obstante a parcialidade da confissão, cabe observar a doutrina que entende pela admissibilidade do ANPP e sua consequente confissão de somente 1 (um) dos crimes investigados, quando existir o concurso de crimes, utilizado como estratégia da defesa quando a aplicabilidade do mecanismo não puder atingir todas as condutas investigadas.

Rômulo de Andrade Moreira salienta que:

Em casos em que o agente investigado/acusado pela prática de mais de uma conduta delituosa, é plenamente possível a negociação de um acordo de não persecução penal parcial referente a só um dos crimes, por exemplo, desde que preenchidos os requisitos.⁶⁴

Além da integralidade e veracidade da confissão, ela deverá ser voluntária e guardar higidez mental, sem nenhum vício de erro, dolo ou coação, fruto da livre vontade do investigado que tiver plena capacidade de entender e querer.

Leciona Monique Cheker:

Isso significa que cabe ao investigado confessar todos os elementos da prática criminosa de forma detalhada e minuciosa. Não se trata, assim, de uma confissão genérica, mas sim de um reconhecimento da prática do ato criminoso em todas as suas circunstâncias, entre elas a atuação do beneficiário no concurso de agentes, conforme será exposto.

A confissão tem que ser integral, ou seja, não pode ser parcial ou sujeita a reservas. Não se aplica, assim, na fase do ANPP, o Enunciado no 545 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo o qual “Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal”.

[...]

Uma vez obtidos os elementos que justifiquem uma acusação pelo fato principal, bem como do vínculo que ligue o denunciado a outras pessoas, o MP, no momento da negociação para a celebração de um ANPP, pode e

---

⁶⁴ MOREIRA, Rômulo de Andrade. **O acordo de não persecução penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p.160.

deve exigir a confissão da coautoria ou participação do beneficiário, ainda que outras pessoas não sejam, no mesmo momento, beneficiárias de algum acordo.⁶⁵

Com entendimento semelhante Francisco Souza e Patrícia Dower:

A confissão circunstancial deve ser entendida como aquela que apresenta a versão detalhada dos fatos, cujas informações mantenham coerência lógica, compatibilidade e concordância com as demais provas contidas no procedimento. É do confronto com as demais provas do procedimento que deve ser aferida a validade da confissão. Confissões oportunistas e mentirosas, identificáveis por meio de declarações desconexas com as outras circunstâncias de tempo, local, modo etc., devem ser refutadas para a celebração do acordo.

Também a confissão deve ser simples. A confissão qualificada, ou seja, aquela em que vem acompanhada de alegação de excludentes de tipicidade, de ilicitude ou de culpabilidade, não serve para o ANPP.⁶⁶

Como alerta Paulo Queiroz:

Tampouco a confissão qualificada equivale à confissão formal. É que a confissão qualificada corresponde, em última análise, a uma alegação de inocência, que, se fundada e verossímil, é incompatível com o acordo de não persecução, visto que: a) o acordo pressupõe que não seja caso de arquivamento do inquérito (art. 28-A); b) se o investigado alega excludentes de ilicitude ou de outra natureza não está confessado crime algum, muito menos formalmente. Afinal, quem, por exemplo, subtrai coisa alheia móvel em estado de necessidade (furto famélico) atua conforme o direito; logo, não comete crime; c) não vale qualquer confissão, mas uma confissão consistente e verossímil, sob pena de se firmar acordos com possíveis inocentes.⁶⁷

Da voluntariedade, cabe a advertência de Renato Lima:

Desde que o investigado seja formalmente advertido quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo e não seja constrangido a celebrar o acordo, parece não haver nenhuma incompatibilidade entre esta primeira obrigação do investigado, prevista no art. 28-A, caput, do CPP, e o direito ao silêncio (CF, art. 5º, LXIII). Ora, como não há dever ao silêncio, todo e qualquer investigado (ou acusado) pode voluntariamente confessar os fatos

⁶⁵ CHEKER, Monique. **A Confissão do Concurso de Agentes no Acordo de Não Persecução Penal**. In: WALMSLEY, Andréa; CIRENO, Lígia; BARBOZA, Márcia Noll (orgs.). Inovações da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Coletânea de Artigos. v. 7. 2ª Câmara de Book_RMP-78.indb 260 28/05/2021 12:39:39 Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 78, out./dez. 2020 | 261 Algumas questões sobre a confissão no Acordo de Não Persecução Penal Coordenação e Revisão. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes>. Acesso em: 12 mai. 2022. p. 373-374.

⁶⁶ DOWER, Patrícia Eleutério Campos. **Algumas Respostas sobre o Acordo de Não Persecução Penal**. Salvador: JusPodivm, 2019. p. 165.

⁶⁷ QUEIROZ, Paulo. **Acordo de Não Persecução Penal – Lei nº 13.964/2019**. Disponível em: <https://www.pauloqueiroz.net/acordo-de-nao-persecucao-penal-primeira-parte/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

que lhe são imputados. Nessas condições, cabe ao próprio indivíduo decidir, livre e assistido pela defesa técnica, se tem (ou não) interesse em celebrar o acordo de não persecução penal.⁶⁸

De modo que se a confissão não for formal e circunstanciada, tornam o Acordo de Não Persecução Penal incabível. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 28-A DO CÓDIGO PENAL – CP. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. EMBARGOS REJEITADOS. 1. [...]. 2. A aplicação do disposto no art. 28-A do CPP, referente à proposição do acordo de não persecução penal, não foi matéria vertida nas razões do recurso especial, caracterizando indevida inovação recursal, o que torna inviabilizada a conversão do julgamento em diligência. 3. Ainda que assim não fosse, observa-se que, para aplicação do instituto do acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP), **é necessário que o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal, o que não aconteceu no presente caso.** Ademais, há a exigência que a pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, no caso, a soma das penas mínimas previstas aos delitos imputados ao embargante (arts. 180, caput, 304 c/c 297 e 311 do CP) ultrapassa o mínimo exigido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg nos EDcl no Agravo em Recurso Especial no 1.618.414 – RJ, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik).⁶⁹

Visto que se trata de um acordo entre duas partes que atingem o consenso, parte da doutrina considera a confissão como a “moeda de troca” do investigado e do outro lado, o Ministério Público que deixa de perseguir a pena.

Conforme dispõe Rodrigo Cabral:

O acordo aqui, evidentemente, pressupõe que cada uma das partes abra mão de alguma coisa. O MP abre mão do exercício da ação penal, o investigado entrega a confissão formal e circunstanciada.⁷⁰

O órgão ministerial cientificando o investigado da oportunidade de celebrar o acordo, bem como demonstrando os requisitos e necessidade de confessar, não impede que ele opte por fazer uso do seu direito constitucional ao silêncio (CF, art.

⁶⁸ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 283.

⁶⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Justiça. **AgR nos Edcl no Abgavo em Recurso Especial no 1.618.414 – RJ**. Embargante: Helio Fiuza Lima. Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relator Min. Dias Tófoli, julgado em 27 de ago. de 2015. Grifo nosso. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=HC%20127.483&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 25 abr. 2022.

⁷⁰ CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **A Confissão Circunstanciada dos Fatos como Condição para a Celebração do Acordo de Não Persecução Penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 114.

5º, LXIII), porém, em vista da legislação e entendimento do STJ, não haverá acordo de não persecução penal, bem como vedação a persecução penal.

Referente a utilização da confissão pelo MP no caso da rescisão do acordo, não há previsão no mecanismo que limite a extensão, diante da questão, Soares, Borri e Battini dispõe que, “Se verifica é que a confissão representa mera formalidade para fins de concretização do acordo, não podendo ser empregada nas demais esferas.”⁷¹

Referente a utilização da confissão caso no caso de rescisão do acordo, seja em sede de ANPP originário ou durante o curso da ação penal, observando a suspensão do juiz de garantias, visualiza-se a problemática de que o mesmo o juiz que homologa o acordo julgará a ação penal ou que já teve contato com a confissão durante a persecução penal, pois a contaminação com a confissão é fato que não se pode excluir da mente do juiz, em destaque no momento de eventual sentença condenatória.

Argumenta Aury Lopes:

[...] não poderá ser usada contra o réu, devendo ser desentranhada e proibida de ser valorada, contudo, não se desconhece ou desconsidera o imenso problema que isso gera na formação de convencimento do julgador, na medida em que uma vez conhecida, será muito difícil que o juiz verdadeiramente a desconsidere (não existe “delete” mental) e venha a absolver o imputado, mesmo que o contexto probatório seja fraco. Daí por que uma vez mais se evidencia a importância do sistema “*duble juez*” para que o acordo de não persecução penal seja feito perante o juiz das garantias e o feito (em caso de rescisão) trâmite perante outro juiz (juiz da instrução). Mas e quando formalizado no curso do processo? Não adianta excluir a confissão, seria preciso “excluir” o juiz que teve contato com ela (ou seja, precisaríamos da plena eficácia do art. 157, § 5º).”⁷²

Diante do exposto, pôde-se concluir que a confissão no Acordo de Não Persecução Penal possui várias peculiaridades, desde o seu conceito, da sua função, do momento de realização, quais autoridades que poderão realizar a coleta, qual o âmbito e extensão do seu conteúdo para que seja admitida e até onde pode ser utilizada, condição pessoal do investigado e se possui influência escusas para realizá-la.

---

⁷¹ SOARES, Rafael Junior; BORRI, Luiz Antonio; BATTINI, Lucas Andrey. Breves considerações sobre o acordo de não persecução penal. **Revista do Instituto de Ciências Penais**, vol. 5., p. 213-231, dez. - maio. 2020. Belo Horizonte: Editora D’Plácido. p. 220.

⁷² LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 445.

4.2 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Verifica-se discussões doutrinárias importantes acerca da constitucionalidade da confissão no Acordo de Não Persecução Penal em vista do princípio da presunção de inocência, caberá neste tópico, verificar e analisar os argumentos pelos quais se afirma a (im)procedência do ANPP, com objetivo de ao fim, apresentar as conclusões acerca da suposta violação daquele, pois a condição obriga o investigado a confessar de forma formal e circunstanciada para poder negociar o ANPP.

Conforme o entendimento de Rogério Sanches da Cunha:

não há reconhecimento expresso de culpa pelo investigado. Há, se tanto, uma admissão implícita de culpa, de índole puramente moral, sem repercussão jurídica. A culpa, para ser efetivamente reconhecida, demanda o devido processo legal.⁷³

Uma das correntes doutrinárias diverge vendo nessa condição (confissão) prejuízo ao investigado considera que o princípio que veda a não autoincriminação e direito ao silêncio do investigado/acusado (*nemo tenetur se detegere*) estaria aquele então realizando prova contra si impedido de permanecer em silêncio, pois assim não pode firmar o acordo e a outra entende que em razão do Ministério Público abrir mão ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, haveria uma cessão mútua das garantias das partes, fruto de um acordo consensual.

4.2.1 DO DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVAS CONTRA SI PRÓPRIO (*NEMO TENETUR SE DETEGERE*)

O conhecido princípio *nemo tenetur se detegere*, que confere ao investigado/acusado o direito de não ser obrigado a produzir provas contra si mesmo, tem com uma de suas decorrências o direito de permanecer em silêncio, expresso na Constituição da República de 1988, no art. 5º, LXIII, que dispõe: “o

---

⁷³ Cunha, Rogério Sanches. **Pacote anticrime – Lei n. 13.964/2019**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 129.

preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”.

Este princípio também está disposto na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no art. 8º, §2º, conforme citado anteriormente e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no art. 14.3, g.

O princípio tem objetivo de proteger o agente dos representantes do Estado, sendo que ele não poderá ser coagido ou intimidado, de forma moral ou física, para praticar atos ou fornecer informações que possam colaborar para a sua condenação.

O direito de não produzir provas contra si mesmo, detém situações específicas, que devem ser enumeradas e esclarecidas, considerando que aquelas que importam a este trabalho, são os itens a e b.

Conforme o autor Renato Brasileiro:

a) direito ao silêncio ou direito de ficar calado; b) direito de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal; c) inexigibilidade de dizer a verdade; d) direito de não praticar qualquer comportamento ativo que possa incriminá-lo; e e) direito de não produzir nenhuma prova incriminadora invasiva.⁷⁴

Conforme se infere na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

HABEAS CORPUS" - [...] - QUALQUER INDIVÍDUO QUE FIGURE COMO OBJETO DE PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS POLICIAIS OU QUE OSTENTE, EM JUÍZO PENAL, A CONDIÇÃO JURÍDICA DE IMPUTADO, TEM, DENTRE AS VÁRIAS PRERROGATIVAS QUE LHE SÃO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADAS, O DIREITO DE PERMANECER CALADO. **"NEMO TENETUR SE DETEGERE". NINGUÉM PODE SER CONSTRANGIDO A CONFESSAR A PRÁTICA DE UM ILÍCITO PENAL. O DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO INSERE-SE NO ALCANCE CONCRETO DA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. E NESSE DIREITO AO SILÊNCIO INCLUI-SE ATÉ MESMO POR IMPLICITUDE, A PRERROGATIVA PROCESSUAL DE O ACUSADO NEGAR, AINDA QUE FALSAMENTE, PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL OU JUDICIÁRIA, A PRÁTICA DA INFRAÇÃO PENAL.**(STF - HC: 68929 SP, Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 22/10/1991, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 28-08-1992 PP-13453 EMENT VOL-01672-02 PP-00270 RTJ VOL-00141-02 PP-00512)⁷⁵

⁷⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**: Volume Único. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. p. 75-80.

⁷⁵ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **HC 68929**. Relator: Celso de Mello. Impetrante: Ernesto Magrini. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgado em 28 de ago. de 1998. Grifo nosso. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=hc%2068929&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 25 abr. 2022.

Confirmando que o entendimento prevalece no tempo, Renato Brasileiro de Lima:

A doutrina mais aceita, contudo, é a de que o dispositivo constitucional em destaque se presta para proteger não apenas quem está preso, como também aquele que está solto, assim como qualquer pessoa a quem seja imputada a prática de um ilícito criminal (imputado). Pouco importa se o cidadão é suspeito, indiciado, acusado ou condenado, e se está preso ou em liberdade. Ele não pode ser obrigado a confessar o crime.⁷⁶

Ademais, é salutar citar a quem se aplica tal princípio, aplica-se a todos a quem seja imputada a prática de um ilícito penal, sem distinções. Sendo assim, pode ser aplicado durante qualquer status que o agente esteja figurando, ou seja, ao suspeito, ao indiciado, ao acusado e até mesmo ao condenado, estando ele preso ou solto. Diante do exposto, verifica-se que o princípio também poderia ser aplicável ao investigado mesmo no ANPP.

4.2.2 DO DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO

Poderia ainda se questionar se o ANPP viola o direito ao silêncio disposto no art. 5º, LXIII da Constituição da República, portanto, poderia haver uma inconstitucionalidade material da norma diante da suposta violação à Carta Magna.

Guilherme de Souza Nucci entende inconstitucional em vista da exigência na confissão ser obrigatória para realizar o Acordo de Não Persecução Penal, violando o princípio da não autoincriminação se tornando norma inconstitucional. Conforme o autor:

Creemos inconstitucional essa norma, visto que, após a confissão, se o acordo não for cumprido, o MP pode denunciar o investigado, valendo-se da referida admissão de culpa. Logo, a confissão somente teria gerado danos ao confitente.⁷⁷

---

⁷⁶ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**: Volume Único. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. p. 72.

⁷⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2020. p. 223.

Considerando que a condição é obrigatória, conforme o CPP, Guilherme Nucci a considera facultativa. Afirma que “Não compensando ao agente, é melhor não confessar (o que para nós é facultativo) e não realizar o acordo de não persecução penal”.⁷⁸

O investigado, diante do princípio em questão, possui o direito de não produzir provas contra si mesmo e disso decorre o direito de permanecer em silêncio e também o de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal. Ou seja, trata-se de um direito e não de um dever.

O investigado tem liberdade para decidir se quer ou não realizar o Acordo de Não Persecução Penal, ou seja, uma prerrogativa, importante citar que o Código de Processo Penal coloca o investigado como um sujeito de direitos e não um objeto da investigação.

A doutrina de Rodrigo Cabral:

Aliás, reconhecer ao investigado essa decisão (de fazer o acordo, confessando) é reconhecê-lo como sujeito de direitos, com dignidade, liberdade e autonomia para decidir sobre o seu destino. Em um sistema inquisitório, isso seria impensável, uma vez que o investigado era objeto de investigação, não possuindo direitos e deveres dele decorrentes e das vantagens e desvantagens, de modo a aconselhá-lo a tomar a melhor decisão.⁷⁹

Posteriormente se verificada pelo juiz a voluntariedade e demais requisitos legais na audiência de homologação, considerando que o investigado teve seu defensor presente durante a realização da confissão e foram cumpridos os demais requisitos da norma, a consequência será a homologação do acordo, em seguida a devolução ao MP para o cumprimento das condições acordadas.

Importante citar que pelo fato de o acusado confessar a prática de um delito de forma voluntária e orientada por seu defensor, não se pode falar em violação do direito ao silêncio.

Referente a essa discussão, dispõe Renato Brasileiro:

Desde que o investigado seja formalmente advertido quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo e não seja constrangido a celebrar o acordo, parece não haver nenhuma incompatibilidade entre esta primeira

---

⁷⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2020. p. 384.

⁷⁹ CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **A Confissão Circunstanciada dos Fatos como Condição para a Celebração do Acordo de Não Persecução Penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020. P. 134.

obrigação do investigado, prevista no art. 28-A, caput, do CPP, e o direito ao silêncio (CF, art. 5º, LXIII).⁸⁰

Na mesma direção, a proposta feita pelo Estado, através do MP ao investigado no momento da realização do Acordo de Não Persecução Penal trata-se de oferta e não uma ameaça. O investigado pode aceitar ou não confessar, analisando as condições do ANPP, verifica-se que são proporcionais em relação à pena atribuída. Sendo assim, existe proporcionalidade entre a possível punição e a vantagem oferecida pelo MP, o que descaracteriza o argumento que alega que existe pressão intensa de parte do *parquet* para que o acordo seja realizado com possibilidade de vulnerabilizar o investigado influenciando a sua liberdade de decisão (voluntariedade).

Cabe ainda distinguir, a exigência da voluntariedade para a realização do acordo considerando influências emocionais do próprio investigado, em vista dos seus sentimentos ou paixões que possam vir a acometê-lo. Rodrigo Leite Cabral afirma que “Agitações, emoções ou humores não afetam a voluntariedade e liberdade de decisão do agente, pelo fato de não estarem submetidos à sua vontade consciente”.⁸¹

Entretanto, não se visualiza violação entre a confissão e o direito Constitucional do investigado permanecer em silêncio. Deve-se considerar que o Ministério Público oferece a possibilidade e não impõe o Acordo de Não Persecução Penal, com objetivo de celebrar o acordo com o investigado, sem coação, informando-o e contando com a presença de seu defensor, logo o investigado tem a voluntariedade de decidir se quer permanecer em silêncio e não realizar o Acordo de Não Persecução Penal ou, se quer confessar, abdicando desse direito neste primeiro momento.

4.2.3 DO DIREITO DE NÃO SER CONSTRANGIDO A CONFESSAR A PRÁTICA DE ILÍCITO PENAL

---

⁸⁰ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020, p. 283.

⁸¹ CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **A Confissão Circunstanciada dos Fatos como Condição para a Celebração do Acordo de Não Persecução Penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 272.

Além do argumento afirmando que a exigência da confissão viola o direito do investigado de ficar calado, alguns ainda argumentam que as consequências do acordo poderão de alguma forma coagir o investigado influenciando-o na sua decisão de confessar ou não, como se estivesse sendo ameaçado pelo Estado através da proposta do ANPP. Conforme citado anteriormente, as condições dispostas no CPP são proporcionais em relação a possível pena, logo o argumento também não merece prosperar.

Conforme Rodrigo Cabral:

No caso do ANPP, as condições são bastantes brandas, não envolvem privação de liberdade e guardam estrita proporcionalidade com a pena cominada, que é, inclusive, utiliza (sic) como parâmetro para a sua fixação (CPP, art. 28-A, incisos I a V).

Assim, verifica-se que existe proporcionalidade entre a possível punição e a vantagem oferecida, de modo a descaracterizar qualquer alegação de que existe uma pressão tão intensa para a realização do acordo que possa vulnerar a liberdade do investigado de decidir.⁸²

Ademais, cabe analisar de que forma o investigado foi tratado, considerando que o membro do MP não pode realizar qualquer espécie de coação, ou ameaças, sejam elas físicas, morais ou processuais, não podendo se falar de forma alguma em constrangimento ao investigado na realização da confissão.

Se a vontade do investigado foi respeitada então a proposta de ANPP surgirá como uma oferta, uma oportunidade para ele decidir, não obstante, se percebe como mais uma opção que pode ou não ser seguida naquele procedimento penal, conforme explicado anteriormente, trata-se de uma escolha voluntária do investigado.

Para que possa ser assegurada a voluntariedade do investigado, é importante que na audiência a ser realizada, seja gravada por meio de áudio e vídeo, conforme ditava a resolução 181 do CNMP. Não sendo possível, que seja reduzida a termo. Cabe frisar que a presença do defensor do investigado é indispensável, caso não possua é necessária a nomeação pelo juiz de um defensor dativo.

Ao aludido defensor caberá dois papéis de cautela no momento da audiência de homologação: 1) realizar o acompanhamento do ato e verificar se está havendo respeito aos direitos do investigado e se motivação é realmente voluntária; 2) orientar o investigado sobre o ato, informar quais são os seus direitos, deveres e

---

⁸² CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **A Confissão Circunstanciada dos Fatos como Condição para a Celebração do Acordo de Não Persecução Penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 273.

consequências deles decorrentes e quais podem ser as vantagens e desvantagens, com intuito de orientá-lo a decidir pelo melhor caminho.

Posteriormente, para averiguar se o ato foi praticado de maneira voluntária, informada e dentro dos parâmetros legais, haverá ainda a audiência de homologação do acordo, na qual o juiz ouvirá o investigado na presença do seu defensor, de acordo com o art. 28-A, §4º do CPP.

Nos termos do art. 28-A, §5º do CPP, caso o magistrado tenha constatado que as condições do acordo em análise são inadequadas, insuficientes ou abusivas, deverá devolver os autos ao parquet, para que sejam reformulados, com concordância do investigado e seu defensor. Se, não obstante, continuarem inadequadas ou ainda não atenderem aos requisitos legais, o CPP assevera que o magistrado poderá recusar a homologação e devolver os autos ao Ministério Público, que analisará a necessidade de complementação das investigações ou decidirá pelo oferecimento da denúncia (art. 28-A, §7º e §8º).

Pelo contrário, se o magistrado considerar que o acordo foi realizado de modo voluntário e informado, satisfaz os requisitos legais e possui condições adequadas, deverá homologá-lo e, em seguida, devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal, nos termos do art. 28-A, §6º do CPP.

A condição de confissão para a celebração de Acordo de Não Persecução Penal deve ser interpretada harmonizando o texto legal com o princípio constitucional acima mencionado.

A princípio, não se vislumbra taxativamente a inconstitucionalidade da exigência da confissão para a entabulação do Acordo de Não Persecução Penal, pois estamos diante de negócio jurídico-penal, previsto pelo ordenamento jurídico, que pode fixar parâmetros para sua celebração, desde que não se viole direitos humanos do investigado.

A respeito, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho assevera:

Não há ofensa ao direito ao silêncio já que o investigado tem a liberdade de confessar ou não o ato delituoso, ou seja, tem o investigado o direito de ficar calado ou de confessar detalhadamente o ato delituoso. É uma opção do

investigado, dentro de sua autonomia de vontade e assistido pela defesa técnica.⁸³

Lecionam Francisco Souza e Patrícia Dower:

Ao contrário de uma conclusão apressada, o dispositivo em análise não anula a garantia constitucional do acusado de permanecer em silêncio, descrita no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal. Isso porque o investigado não é compelido a dizer a verdade ou de não permanecer em silêncio. A escolha pela intervenção ativa, isto é, de prestar declarações fidedignas sobre os fatos, desde que livre e consciente, não viola aquela garantia constitucional.⁸⁴

O direito de escolher entre exercer seu direito ao silêncio ou confessar detalhadamente o crime, encontra amparo na doutrina que admite que os direitos fundamentais, embora inalienáveis, sejam restringidos em prol de uma finalidade acolhida ou tolerada pela ordem constitucional, como ocorre em hipóteses de contratos privados envolvendo direitos da personalidade.

Nesses casos, a restrição a direitos fundamentais é constitucional, desde que não seja permanente nem geral, mas decorra de voluntariedade e represente proporcional aumento do direito à liberdade do investigado, condições que ficarão sob a fiscalização do Ministério Público, do defensor e do próprio acusado.

4.3 PRINCÍPIO DO PROCESSO LEGAL

Percebe-se na doutrina entendimentos conflitantes acerca da violação do princípio do processo legal em razão da confissão no Acordo de Não Persecução Penal, caberá neste tópico, verificar e analisar os argumentos pelos quais se afirma pela (im)procedência do ANPP, com objetivo de ao fim, apresentar as conclusões acerca da suposta violação daquele, pois a condição exige do investigado a confissão de forma formal e circunstanciada para poder negociar o Acordo de Não Persecução Penal.

---

⁸³ CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de. Algumas questões sobre a confissão no Acordo de Não Persecução Penal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. n. 78, out./dez. 2020. p. 253

⁸⁴ DOWER, Patrícia Eleutério Campos. **Algumas Respostas sobre o Acordo de Não Persecução Penal**. Salvador: JusPodivm, 2019. p. 161.

A doutrina que vê nessa condição (confissão) prejuízo ao investigado interpreta o princípio de forma que o mesmo veda a disparidade de condições entre o Estado persecutor e o investigado, as correntes doutrinárias discordam quanto; a valoração da confissão como prova, a extensão da sua aplicação, possibilidade de celebração com investigados inocentes e eventual utilização para condenação.

Conforme o entendimento Renato Marcão, “a confissão é a admissão da própria responsabilidade”⁸⁵. Aplicada ao processo penal significa que o investigado admite como verdadeiros os fatos imputados na denúncia ou queixa-crime.

4.3.1 VALORAÇÃO DA CONFISSÃO

No âmbito do processo penal, para que a confissão tenha valor de prova, necessita ser precisa e verdadeira, devendo estar em conformidade com os elementos informativos do inquérito policial, ademais, quando houver instrução processual, deverá conter o que foi apurado. Assim, a confissão não tem valor cabal, Renato Marcão define como “ato formal e processual, praticado livremente pelo acusado”⁸⁶, estando ele no âmbito judicial ou extrajudicial, conforme o (art. 185, CPP).

A confissão sob a ótica do processo penal, Juarez Tavares afirma que:

A confissão só vale se estiver de conformidade com as demais provas; uma confissão isolada é inservível; uma confissão proferida fora dos autos não é válida, a não ser que confirmada em juízo, em todos os seus termos; a confissão não precisa ser espontânea, mas deve ser pronunciada por decisão exclusiva do declarante. Uma confissão pronunciada no cumprimento de prisão preventiva ou sob estado de coação ou mesmo de promessa de liberdade ou outros benefícios é ilegítima e, portanto, não pode ser considerada como meio de prova⁸⁷.

Cabe observar que se houver confissão na fase do inquérito e esta for trazida ao juízo, total ou parcialmente, não haverá incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso III, alínea d, CP. Conforme a doutrina de Aury Lopes Jr., “[...] somente

---

⁸⁵ MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 566.

⁸⁶ TAVAREZ, Juarez; CASARA, Rubens. **Prova e verdade**. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 27.

⁸⁷ TAVAREZ, Juarez; CASARA, Rubens. **Prova e verdade**. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 27.

pode ser valorada a confissão feita em juízo [...]”⁸⁸, considerando que somente essa seja passível de valoração de veracidade.

Corroborando, Guilherme de Souza Nucci afirma que o inquérito não dispõe “as garantias constitucionais inerentes ao processo, especialmente o contraditório e a ampla defesa, é apenas um meio de prova indireto, isto é, um indício”⁸⁹. Dessa forma, apenas a confissão que fosse feita em juízo perante o juiz, com ampla defesa, poderia ser considerada meio de prova.

Em vista da confissão exigida no ANPP, essa que tem o objetivo de obter do investigado termo formal e circunstancial. Verifica-se que a exigência tem caráter apenas processual “que busca assegurar que o acordo é celebrado com a pessoa cujas provas colhidas na fase pré-processual indicam ter sido a autora da infração penal”⁹⁰.

Dependendo da motivação do investigado e circunstâncias do caso, necessitará haver a formalização e a elaboração de confissão formal e circunstanciada, deverá possuir todos os elementos que eventualmente conteriam em uma eventual denúncia, conforme Renee do Ó de Souza “os elementos indiciários aptos a formação da *opinio delicti* do Ministério Público devem convergir para a pessoa do investigado, independentemente de sua confissão.”³⁷

Não obstante, a interpretação de Carolina Soares Castelliano Lucena Castro; “antecipa a conclusão acerca do mérito do processo sem a concessão de qualquer contraditório à parte acusada, até porque não há a formulação formal de uma hipótese acusatória”⁹¹, considerando que a interpretação deve ater-se a mera formalidade.

Nas palavras de Mauro Guilherme Messias dos Santos, referente a valoração probatória:

[...] e não um início de prova em desfavor do acordante a embasar uma ação penal pública, configurando violação ao princípio geral do direito venire contra factum proprium (vedação do comportamento contraditório) qualquer

---

⁸⁸ LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 500-501.

⁸⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 486.

⁹⁰ SOUZA, Renee do Ó. **Acordo de não persecução penal: o papel da confissão e a inexistência de plea bargain**. Disponível em: <https://bit.ly/35FULNX>. Acesso em: 09 mai. 2022.

⁹¹ CASTRO, Carolina Soares Castelliano Lucena de; NETTO, Fábio Prudente. **Comentários sobre a exigência da confissão no acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://bit.ly/3rAGRpG>. Acesso em: 10 mai. 2022.

uso inquisitorial ou acusatório de uma confissão obtida para fins estritamente consensuais.⁹²

Contudo, é possível afirmar considerando o disposto que a confissão exigida no Acordo de Não Persecução Penal é apenas um requisito formal que junto dos demais objetivos, busca evitar a denúncia, não possuindo valoração probatória.

4.3.2 EXTENSÃO DA APLICAÇÃO DA CONFISSÃO

Determinada a valoração da confissão ao Acordo de Não Persecução Penal, é necessário analisar a extensão de sua aplicação, ou seja, se extraprocessual ou processual a confissão realizada pode ser utilizada, considerando o caso da confissão tiver sido realizada formal e circunstanciada, em sede de inquérito policial, sem que houvesse reserva de jurisdição, sem contraditório e ampla defesa, ou em caso de descumprimento do acordo, logo surge a dúvida quanto possibilidade da confissão servir de lastro probatório para que o MP busque a condenação do investigado ou terceiro.

Não obstante, observa-se que descumprido o acordo já existe a utilização da confissão para fins de embasar a denúncia ou a condenação. Em pesquisa realizada a fim de aferir qual o percentual de ocorrência da utilização da confissão para os fins citados, os dados demonstram que no estado de São Paulo, considerando 40 casos, demonstrou que, conforme Thiago Diniz Barbosa e Renata Rodrigues de Abreu Ferreira, “35% dos casos de concurso de pessoas, o conteúdo da confissão do corréu que celebrou o acordo de não persecução penal foi considerado no mérito da prolação de sentença, ou seja, empregada para condenar o coautor ou o partícipe”.⁹³

Cabe citar Rodrigo Cabral, caso o acordo não seja homologado, não será possível “por força do princípio da lealdade e da moralidade administrativa, o seu uso em prejuízo do investigado”.⁹⁴

---

⁹² SANTOS, Mauro Guilherme Messias dos. Acordo de não persecução penal: confusão com o plea bargaining e críticas ao projeto anticrime. **Revista Brasileira de Direito Processual**. Belo Horizonte, n. 108, p. 235-254, out./dez. 2019. p. 239.

⁹³ NICOLAI, Thiago Diniz Barbosa; FERREIRA, Renata Rodrigues de Abreu. **O valor das confissões no acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-08/nicolai-ferreira-valor-confissoes-anpp>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁹⁴ CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Manual do Acordo de Não Persecução Penal à luz da Lei 13.963/2019 (Pacote Anticrime)**. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 129.

Visualiza-se uma interpretação deturpada da norma, considerando que estaria havendo uma “tentativa ilegal de transposição de elementos da colaboração premiada cujos requisitos e pressupostos seriam mais complexos, ao ANPP, que tem rito e características simplificadas”⁹⁵.

Conforme disposto anteriormente, visualiza-se o Acordo de Não Persecução Penal como negócio jurídico processual consensual, cabe ainda acrescentar que trata-se de personalíssimo, pois somente pode ser firmado entre o indiciado ou acusado, devidamente assistido por seu defensor, e de outro lado, o representante do MP, não existindo espaço para demais coautores ou partícipes, “qualquer declaração nela proferida, se utilizada em âmbito processual, quer em instrução, quer em fase de sentença, contra o outro corréu que não pode pactuar o acordo violará diretamente o contraditório e a ampla defesa”⁹⁶, diante desse entendimento e a prática analisada há violação do princípio constitucional disposto no art. 5º, LIV e LV, da CF/1988.

Ademais, em análise a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC127.483⁹⁷, sob relatoria do Ministro Dias Toffoli, restou consignado que “A eventual desconstituição de acordo de colaboração Premiada tem âmbito de eficácia restrito às partes que o firmaram, não beneficiando nem prejudicando terceiros”, cabe salientar que o conteúdo do tempo não pode servir com principal elemento de convicção do juiz para embasar uma condenação, ou seja, é necessário um arcabouço probatório para alicerçar uma sentença condenatória em prejuízo de terceiro, sendo que somente a confissão não é o bastante.

Frisando o entendimento, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Acordo de colaboração premiada não constitui meio de prova propriamente dito: O acordo de colaboração premiada é meio de obtenção de prova destinado à aquisição de elementos dotados de capacidade probatória. Não

---

⁹⁵ NICOLAI, Thiago Diniz Barbosa; FERREIRA, Renata Rodrigues de Abreu. **O valor das confissões no acordo de não persecução penal.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-08/nicolai-ferreira-valor-confissoes-anpp>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁹⁶ NICOLAI, Thiago Diniz Barbosa; FERREIRA, Renata Rodrigues de Abreu. **O valor das confissões no acordo de não persecução penal.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-08/nicolai-ferreira-valor-confissoes-anpp>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁹⁷ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **HC 127.483.** Relator: Min. Dias Tofoli. Impetrante: Erton Medeiros Fonseca. Coator: Relator da PET 5244 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, julgado em 27 de ago. de 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10199666>. Acesso em: 12 mai. 2022. Acesso em: 25 abr. 2022.

constitui meio de prova propriamente dito, portanto (HC 127.483, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 26 e 27-8-2015, acórdão publicado no DJE de 4-2-2016 – Informativo 796, Plenário).⁹⁸

Diante do exposto pode-se compreender a confissão realizada com objetivo de cumprir a exigência do ANPP, não podendo ser eventualmente utilizada em momento posterior em prejuízo do investigado no caso de recusa à homologação ou se ocorrer o descumprimento das condições pactuadas, sendo esse último, causa de rescisão imediata do acordo (art. 28-A, § 10º).

4.3.3 EVENTUAIS UTILIZAÇÕES DA CONFISSÃO PARA CONDENAÇÃO

Em análise ao mecanismo do Acordo de Não Persecução Penal, no tocante ao juiz de garantias, verifica-se, “a confissão não pode ser utilizada em desfavor do investigado, visto que, numa análise comparativa, aquele que confessasse o crime na investigação e depois fosse processado não teria sua palavra usada contra si na etapa judicial”⁹⁹, cabe então ressaltar que os elementos que instruíram a fase preliminar e o acordo, eventualmente a confissão, conforme prevê o art. 3º-C, § 3º, do Código de Processo Penal, não pertencerão ao processo judicial.

A doutrina critica a ausência do juiz de garantias e possível prejuízo ao investigado, caso o mesmo juiz que homologou o Acordo de Não Persecução Penal tenha que julgar o processo, tendo em vista que teve contato com a confissão realizada no acordo.

Nesse sentido, Aury Lopes Júnior escreve o seguinte:

Não podemos ter um juiz que já formou sua imagem mental sobre o caso e que entra na instrução apenas para confirmar as hipóteses previamente estabelecidas pela acusação e tomadas como verdadeiras por ele (e estamos falando de inconsciente, não controlável) [...]. É óbvio que outro juiz deve entrar para que exista um devido processo. Do contrário, a manter o mesmo juiz, a instrução é apenas confirmatória e simbólica de uma

---

⁹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 3979**. Relator: Min. Teori Zavaski. Investigados: Ernesto Kugler Rodrigues e Gleisi Helena Hoffmann. Autor: Ministério Público Federal, julgado em 27 de set. de 2016. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4727405> Acesso em: 25 abr. 2022.

⁹⁹ SOARES, Rafael Junior; BORRI, Luiz Antonio; BATTINI, Lucas Andrey. Breves considerações sobre o acordo de não persecução penal. **Revista do Instituto de Ciências Penais**, vol. 5., p. 213-231, dez. - maio. 2020. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. p. 220.

decisão previamente tomada. Para compreender isso, recordemos o que diz a Teoria da Dissonância Cognitiva.¹⁰⁰

Considerando o âmbito do processo penal, para que o investigado possa gozar da aplicação da atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal, será necessário que haja a confissão diante do juízo competente. Considerando que se tratam de situações diferentes, judicial e extrajudicial, no primeiro caso é necessária para a valoração da atenuante da pena e no segundo para pactuação do acordo, deve-se valorar conforme o momento a qual se encontra, pois, cada um desses possui consequências distintas ao investigado/acusado.

Dessa forma, pode-se interpretar que a ocorrência da confissão para fins de ANPP detém um caráter de proteção ao investigado.

Conforme Renee do Ó Souza:

[...] busca assegurar unicamente uma depuração nos elementos de convicção colhidos na fase inquisitiva, de modo a evitar a precoce celebração de acordos desprovidos de provas que indicassem a participação do confitente na infração penal, além de reforçar a confiança de que será efetivamente cumprido.¹⁰¹

Não obstante, caso a confissão houver sido realizada no curso da ação penal, também não pode ser utilizada para fins de justificar condenação, pois acontece em momento prévio, ou seja, na investigação/inquérito, devendo conter elementos suficientes de autoria e materialidade para eventual proposição da denúncia, para que seja possível considerar a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal, é preciso que ocorra nova confissão necessário haver nova confissão, considerando que a finalidade delas é distinta, logo devem ser realizadas no momento adequado, atendendo a finalidade legislativa a qual foram instituídas.

Entretanto, Mauro Guilherme Messias dos Santos afirma que, no momento do inquérito policial, “eventual confissão dos fatos pelo investigado não representa assunção de culpa, como se a conduzir o acordante ao recebimento de uma pena

---

¹⁰⁰ LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 190.

¹⁰¹ SOUZA, Renee do Ó. **Acordo de não persecução penal: o papel da confissão e a inexistência de plea bargain**. Disponível em: <https://bit.ly/35FULNX>. Acesso em: 09 mai. 2022.

pelo juiz”¹⁰², diante do exposto pode-se concluir que a confissão realizada em sede pré-processual é mera formalidade exigida pela norma.

Cabe frisar que a confissão no ANPP é realizada de forma voluntária pelo investigado e o mecanismo também possui a finalidade de arquivar o inquérito policial tendo em vista que não haverá persecução penal, logo, não é lógico que essa confissão sirva para embasar eventual ação penal ou fundamentar sentença condenatória.

Diante do exposto, pode aferir-se que a confissão serve como formalidade para pactuar o acordo, não sendo viável e exigível que seja utilizada em outra situação além do ANPP, muito menos a servir de base para eventual denúncia, julgamento do investigado ou corréus no devido processo legal.

Referente a eventual apontamento de bens e direitos antes da confissão pelo órgão ministerial que possam ser perdidos pelo indiciado, Guilherme de Souza Nucci assevera “não compensando ao agente, é melhor não confessar (o que para nós é facultativo) e não realizar o acordo de não persecução penal”¹⁰³, ou seja, o acusado deve avaliar o risco de aceitar ou não confessar, ciente das possibilidades e orientado pelo defensor antes de tomar a decisão.

De qualquer modo, compreende-se que a confissão obtida para celebração do acordo de não persecução penal, considerando o princípio do devido processo legal no tocante a possibilidade de eventual condenação, não deveria servir de substrato para eventual denúncia, processo penal e muito menos condenação do investigado, devendo a prova ser produzida em juízo, respeitando o devido contraditório e ampla defesa. Apesar de estar atualmente suspensa a figura do juiz de garantias, em caso de eventual descumprimento, o juiz que homologou o acordo não deveria ser o mesmo que fosse julgar o eventual processo. Em suma, a confissão deve ater-se ao seu principal objetivo “é permitir um confronto entre a versão contida nos autos e a prestada pelo investigado de modo a verificar sua coerência lógica, compatibilidade e concordância com as demais provas contidas no procedimento”¹⁰⁴.

---

¹⁰² SANTOS, Mauro Guilherme Messias dos. Acordo de não persecução penal: confusão com o plea bargaining e críticas ao projeto anticrime. **Revista Brasileira de Direito Processual**. Belo Horizonte, n. 108, p. 235-254, out./dez. 2019. p. 238.

¹⁰³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 384.

¹⁰⁴ SOUZA, Renee do Ó. **Acordo de não persecução penal previsto no novo art. 28-A do Código de Processo Penal, inserido pela Lei 13.964/2019**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 129.

4.3.4 RISCO DE CELEBRAÇÃO ANPP COM INVESTIGADOS/ACUSADOS INOCENTES

Após os devidos esclarecimentos, ainda é importante tratar do risco em que investigado ou acusado possui em confessar a prática de um crime, mesmo que não tenha praticado, no caso do agente ter optado por um mecanismo negocial penal, preferindo não encarar o processo penal, em vista de diversos motivos como; temor do resultado, morosidade, onerosidade, dilemas familiares etc.

Pode-se demonstrar com dados que, a partir de uma pesquisa realizada anualmente pela Universidade de Michigan¹⁰⁵, nos Estados Unidos, que busca aferir o número de casos com sentenças exoneradas, ou seja, sentenças deixaram de surtir efeito, em 2021, houveram 161 novas, ocorreram em 26 estados. As exonerações dos réus em relação a quantidade de casos deram-se conforme o seguinte; 77 por homicídio, 9 por agressão sexual (estupro), 34 por outros crimes violentos (assalto, roubo e tentativa de homicídio), 21 por crime de drogas, 15 por posse ilegal de arma e 15 por outros crimes não violentos. Destas, 90 exonerações foram por condenações baseadas em falsas confissões e, ou seja, 56% dos casos, 46 exonerações foram baseadas no mecanismo negocial norte americano, ou seja, 30% dos casos.

Atestou-se ainda 46 exonerações, ou seja, 30% dos indivíduos que se declararam culpados ao realizar alguma modalidade de acordo com o Estado para não ser processado, como exemplo o *guilty plea*, tiveram a constatação de que eram inocentes dos delitos atribuídos pela acusação.

Resta demonstrado, que são comuns os casos em que o investigado assume a prática de crime sem ter sido ele o autor, temendo ser processado e sofrer a persecução penal, no modelo de justiça criminal brasileira ainda podemos adicionar além do sofrimento e morosidade a insegurança jurídica oriunda da atual sistemática.

Sobre outro diapasão que também merece importância e verificação diante da exigência da confissão, sendo à possibilidade de realizá-la em vista do risco de

---

¹⁰⁵ UNIVERSIDAD DE MICHIGAN. The National Registry of Exonerations, 2021. Annual Report. Disponível em: <http://www.law.umich.edu/special/exoneration/Documents/NRE%20Annual%20Report%202021.pdf> Acesso em: 11 mai. 2022.

prisão preventiva ao investigado ou processado, considerando a frequente utilização do mecanismo.

O Ministério Público Federal informa que:

[...] ultrapassou nesta semana a marca de 5 mil acordos de não persecução penal (ANPP). Até esta quinta-feira (17), **5.053** acordos foram enviados à Justiça em todo o país, sendo 3.892 somente no ano de 2020.¹⁰⁶

Diante do exposto, existindo o risco de prisão cautelar no curso da instrução processual, é admissível falar que poderá haver a confissão tendo em vista a possibilidade de o investigado colocar em risco a sua liberdade e permanecer preso por tempo indefinido.

Conforme o enunciado n° 13 do Conselho Nacional de Justiça; que dispõe “a inexistência de confissão do investigado antes da formação da *opinio delicti* do Ministério Público não pode ser interpretada como desinteresse em entabular eventual acordo de não persecução penal”¹⁰⁷. Dessa forma, a falta da confissão antes da formação de culpa pelo MP não pode impedir o investigado/acusado, caso tenha vontade de eventualmente celebrar o ANPP.

Considerando que o Acordo de Não Persecução Penal tenha sido realizado no curso de uma ação penal, isso não modifica a sua natureza extrajudicial, ademais o juiz apenas realiza a avaliação formal dos pressupostos para homologação do acordo previsto no Art. 28-A, CPP, ou seja, não realizará valoração da confissão, porque essa não detém natureza probatória, logo a confissão é retratável, especialmente se realizada no inquérito policial, conforme dispõe o Art. 155, CPP, tratando-se de mecanismo extrajudicial não há o que se falar em ação penal, além do que, não houve produção de provas judicial, Leo Maciel Junqueira Ribeiro dispõe “impossível que se considere a confissão como suficiente para motivar a aplicação

---

¹⁰⁶ Conselho Nacional de Justiça. Jornada de Direito e Processo Penal. **Enunciado n. 13**. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1433#:~:text=A%20inexist%C3%Aancia%20de%20confiss%C3%A3o%20do,acordo%20de%20n%C3%A3o%20persecu%C3%A7%C3%A3o%20penal>. Acesso em: 25 abr. 2022. p. 214.

¹⁰⁷ Ministério Público Federal. **MPF investe na justiça consensual e ultrapassa 5 mil acordo de não persecução penal**. Brasília: MPF, 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-investe-na-justica-consensual-e-ultrapassa-5-mil-acordos-d-e-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 25 abr. 2022. p. 214.

de pena no âmbito de um acordo de não persecução penal, especialmente aquele que é realizado no inquérito policial”¹⁰⁸.

Diante do exposto, verificou-se risco de violação ao princípio do devido processo legal, quando a confissão utilizada para o Acordo de Não Persecução Penal serve para instruir uma ação penal, seja em sede de processo em curso ou no caso do descumprimento do acordo, apesar da doutrina afirmar que a confissão não é meio de prova quando realizada para o ANPP, essa tem sido utilizada pelo o judiciário brasileiro para condenar, logo, deve-se considerar a expressiva quantidade de investigados e acusados que confessaram falsamente diante de um processo penal e para modelos negociais penais semelhantes que evitam o processo penal, podendo haver condenações de inocentes e violação do princípio caso não houver precisão dos demais elementos de prova que formam a convicção do juiz.

---

¹⁰⁸ RIBEIRO, Leo Maciel Junqueira. COSTA, Victor Cezar Rodrigues da Silva. Acordo de não persecução: um caso de direito penal das consequências levado às últimas consequências. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 161, p. 249-276, nov./2019. p. 257.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ao longo de sua formulação possibilitou conhecimento e estudo sobre a confissão no acordo de não persecução penal diante dos princípios da presunção de inocência e devido processo legal.

Após, procurou-se conceituar a justiça negocial penal, sendo um modelo de negociação que busca de forma consensual atingir um objetivo em comum apesar do benefício e prejuízo às partes, com intuito de facilitar a resolução sobre a conduta.

Observou-se que as características da dos mecanismos negociais de ordenamentos jurídicos do *civil law e common law*, buscando semelhanças e diferenças entre os requisitos exigidos para celebração do Acordo de Não Persecução Penal, com resultado, o mecanismo brasileiro guarda semelhanças com a maioria dos mecanismos observados no tocante a confissão, após analisou-se os princípios do tema em vista das normativas externas e internas, sendo elas externas; Declaração Universal dos Direitos Humanos, Regras de Tóquio, Pacto de São José da Costa Rica, e das internas; Constituição Federal, Código Penal e Código de Processo Penal, Lei 13.964/2019 (Pacote Anticime) e as Resoluções do CNMP nº 181 e 183, que em suma não restou conflitante.

Ainda tratando daquelas normativas, das externas; observou-se da Declaração de Direitos Humanos que o órgão acusador precisa demonstrar elementos suficientes de autoria e materialidade do autor, ou seja, provas em eventual processo para que haja condenação, das Regras de Tóquio visualiza-se recomendação para que sejam tomadas medidas não privativas de liberdade, que detenham um rito procedimental alternativo ao processo tradicional, buscando evitar o processo sem suprimir as garantias do acusado, do Pacto de São José da Costa Rica, observou-se a desobrigação do acusado produzir provas contra si, que o silêncio não poderia importar em seu prejuízo, apesar de que fica impossibilitado de negociar o acordo se não desejar confessar.

Das normativas internas, observou-se da Constituição Federal, as críticas que demonstram que poderia existir a mitigação dos princípios do tema, em vista que o acusado abre mão de suas garantias para buscar benefício de uma pena menor e ainda precisa se expor confessando, gerando prova contra si, sem que haja processo ou garantia do acordo, do Código Penal e Código de Processo Penal,

observou-se o argumento que o ANPP não pode penalizar/condenar sem o devido processo legal, contudo como existe o elemento de voluntariedade do agente com as condições acordadas não poderia se falar em pena, mas em cumprimento de condições consensualmente acordadas, do Pacote Anticrime, verificou-se que a discussão em fase de julgamento sobre a temporalidade de sua aplicação nos processos onde já existe o recebimento da denúncia, abordou-se sobre a figura suspensa do juiz de garantias, quando hoje o mesmo juiz que homologa o acordo julga eventual denúncia no seu descumprimento, das Resoluções do CNMP, observou-se a evolução no tocante a forma e conteúdo da confissão em vista da legislação vigente, da inclusão da figura do magistrado para a homologação do acordo, a suposta violação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, e adequação do mecanismo instituído por meio de resolução tornando-se lei.

No capítulo seguinte, tratou especificamente do ANPP, inicialmente se buscou conceituá-lo como um acordo entre o Ministério Público e investigado, que após uma análise dos indícios e verificação de seus requisitos deve ser utilizado em consenso das partes para evitar o processo tradicional, após conceituá-lo abordou-se sobre os seus objetivos, sendo eles; descarceirizar, ou seja diminuir quantidade existente da população carcerária e minorar o seu crescimento, ademais tratou-se da celeridade resolutiva, em vista da atual morosidade e acúmulo dos processos penais, com objetivo de acelerar a resolução das demandas, restando tratar da racionalização da persecução penal, sendo possível otimizar os custos do Estado, atender a demandas de alto grau de complexidade com maior eficiência e essas que possuem menor relevância.

Ainda neste capítulo, tratou-se da abrangência da aplicabilidade, inicialmente abordando sobre os requisitos dispostos no Art. 28-A, CPP, em análise a legislação verificou-se a sua aplicabilidade aos crimes da justiça comum e especial apesar da falta de previsão legislativa, da abrangência pode contemplar crimes consumados e tentados, restou demonstrada a atual discussão da jurisprudência em relação aos processos que já tenha sido recebida a denúncia, onde o Min. Gilmar Mendes se manifestou a favor da sua aplicabilidade nas ações em curso.

Em seguida, tratou-se de analisar o mecanismo, para compreender como funciona o procedimento extraprocessual desde o início até em casos de eventual descumprimento e na necessidade de interpor recursos processuais.

Inicialmente demonstrou-se que as partes interessadas, havendo a possibilidade do ANPP ser proposto tanto pelo Órgão Ministerial quanto pela defesa do investigado, do procedimento normatizado pelo Art. 28-A, CPP, observou-se que após análise prévia dos indícios de autoria e materialidade realizado pelo MP, em vista dos requisitos será ou não aceita a proposta, nos casos de aceitação o indivíduo será obrigado a confessar de forma formal e circunstancial o delito tendo que cumprir determinadas condições para evitar a ação penal, caso não seja aceito poderá haver o encaminhamento dos autos ao órgão superior.

Tratou-se de caso que houver recusa da homologação judicial, o MP ainda poderá reformular, readequar ou complementar o acordo, restando indeferido, apesar de não haver recurso específico, a doutrina orienta na possibilidade de interpor Recurso em Sentido Estrito, conforme o Art. 583, XXV, CPP.

Ademais, buscou-se dispôr sobre o descumprimento do acordo e seu referido recurso, apesar de não haver previsão de rescisão imediata, é importante conhecer da forma com a qual se poderá reverter decisão que rescinda o acordo, novamente sem previsão específica, a doutrina dispõe que havendo a falta de óbice, poderia se interpor mandado de segurança ou habeas corpus.

No último capítulo, tratou-se de realizar a análise da confissão diante do mecanismo, passou-se a conceituá-la, como um declaração voluntária do investigado sendo ela realizada em seu desfavor, sobre fato que ele cometeu, sendo suscetível de renúncia, analisou-se a sua forma formal e circunstanciada que em suma deve estar em consonância com os indícios de materialidade e autoria apresentados pelo MP, podendo ser captada pelo delegado de polícia ou promotor de justiça, sua aplicabilidade restou adstrita ao acordo, não devendo ser estendida para o processo penal; prejuízo a terceiros, utilização em virtude de eventual descumprimento ou quando não houver a homologação, devendo sempre ser respeitada a vontade do agente bem como observadas suas condições psíquicas e físicas, de nenhuma forma coagido ou influenciado a confessar contra a sua vontade.

Em seguida, tratou-se do princípio da presunção de inocência, para verificar as possíveis implicações no direito de não produzir prova contra si próprio; do direito de permanecer em silêncio e do direito de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal.

Do direito de não produzir prova contra si mesmo, verificou-se que o referido princípio tem aplicabilidade no mecanismo, em vista da necessidade de proteção do indivíduo contra o Estado garantindo que não seja intimidado ou coagido a praticar a confissão, restou demonstrado que o investigado ou acusado, não reconhece expressamente a culpa, em vista da necessidade de um processo legal para tanto, logo a confissão não se tratará como autoincriminação.

Do direito de permanecer em silêncio, considerando que o investigado precisa confessar para poder negociar o acordo, a confissão é voluntária, ou seja, opcional, facultativo, depende do investigado ter interesse em confessar para que ao invés do processo ter de cumprir condições, em vista do MP oferecer o acordo e não obrigá-lo a aceitá-lo, desobrigado, caso inocente pode negar o acordo e suportar o persecução penal.

Do direito de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal, considerando que não haja qualquer tipo de coação pelo membro do MP, a vontade do investigado tenha sido respeitada, tenha sido ele orientado e acompanhado pelo seu defensor, não restou demonstrada inconstitucionalidade da norma ou violação do princípio da inocência, desde que os direitos humanos do investigado não sejam violados.

No princípio do devido processo legal, buscou-se analisar a valoração da confissão; extensão de aplicação da confissão e eventuais utilizações da confissão para condenação. Inicialmente o princípio foi conceituado como

Da valoração da confissão cabe destacar que só terá valor aquela confissão que estiver em conformidade com o inquérito policial ou conforme a apuração contida na instrução do processo, apesar de que, só poderá ser valorada como meio de prova se for produzida judicialmente, pois somente detém valor para cumprir o requisito formal, que possui objetivo de evitar a denúncia, dissonante do fins da confissão em sede do processo penal, que serve como causa de diminuição de pena.

Da extensão da aplicação da confissão, observou-se que a aplicação se deveria ficar adstrita ao Acordo de Não Persecução Penal, pois não detém contraditório e ampla defesa durante a sua captação, dessa forma, mesmo que descumprido, não homologado ou rescindido o acordo, não podendo servir em prejuízo ao acusado/investigado.

Das eventuais utilizações da confissão para condenação, conforme restou demonstrado anteriormente, criticasse a utilização da confissão para fins de condenação, substrato da denúncia ou o que estiver além do juízo de valor que confronta a versão contida nos autos a a prestada na confissão, essencialmente pela violação ao contraditório e ampla defesa seja em prejuízo acusado ou coautor.

Do risco de celebração do acordo de não persecução penal com investigado/acusados inocentes, verificou-se na pesquisa realizada pela Universidade de Michigan, Estados Unidos, que levantou dentre a quantidade de exonerações nas sentenças as causas e crimes que os originaram verificou-se que grande percentual dos agentes confessam falsamente e celebram acordo semelhantes mesmo sendo inocentes, diante dessas informações o risco demonstrou-se evidente nos casos do investigado sinta temor diante de um possível resultado negativo; demora no processo, dilemas familiares e demais que possam contribuir para para sua autoincriminação sendo inocente.

Portanto, após a elaboração do presente trabalho não constatou-se a comprovação total da hipótese levantada na introdução, verificando-se que é possível utilizar a confissão no Acordo de não persecução penal sob os princípios da presunção de inocência e devido processo legal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jamil Chaim. **Justiça Consensual E Plea Bargaining**. In: CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). Et Al. Acordo De Não Persecução Penal. Resolução 181/2017 Do CNMP. Salvador: Juspodivm, 2018.

ANDRADE, Mauro Fonseca; BRANDALISE, Rodrigo Da Silva. **Observações Preliminares Sobre O Acordo De Não Persecução Penal: Da Inconstitucionalidade À Inconsistência Argumentativa**. Revista Da Faculdade De Direito Da UFRGS, Porto Alegre, N. 37, Dez. 2017.

Assembleia Geral Da ONU. "Declaração Universal Dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris, 1948. Disponível Em: <http://Www.Un.Org/En/Universal-Declaration-Human-Rights/>. Acesso Em: 20 Mar. 2022. Art. 1.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz De Mattos. Sinopses Jurídicas. **Teoria Geral Do Processo E Processo De Conhecimento**. 8 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BERTI, Marcio Guedes. Análise Da Proposta De Inclusão Dos Artigos 28-A E 395-A No Código De Processo Penal: Plea Bargain – A Justiça Penal Negociada. P. 195-210. Livro Eletrônico: **Estudos Temáticos Sobre O "Pacote Anticrime"**. Organizadores Lucas P. Carapiá Rios, Luiz Gabriel Batista Neves, Vinícius De Souza Assumpção. 1.Ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AP 465/DF**. Autor: Ministério Público Federal Federal. Réu: Fernando Affonso Collor De Mello. Relatora Min. Carmém Lúcia, Julgado Em 11 De Mai. De 2021. Disponível Em: https://Jurisprudencia.Stf.Jus.Br/Pages/Search?Base=Acordaos&Pesquisa_Inteiro_Teor=False&Sinonimo=True&Plural=True&Radicais=False&BuscaExata=True&Page=1&PageSize=10&QueryString=AP%20465&Sort=_Score&SortBy=Desc. Acesso Em: 10 Mai. 2022.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 3979**. Relator: Min. Teori Zavaski. Investigados: Ernesto Kugler Rodrigues E Gleisi Helena Hoffmann. Autor: Ministério Público Federal, Julgado Em 27 De Set. De 2016. Disponível Em: <https://Portal.Stf.Jus.Br/Processos/Detail.Aspx?Incidente=4727405> Acesso Em: 25 Abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, De 7 De Dezembro De 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência Da República. Disponível Em: [Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.Htm](http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.Htm) Acesso Em: 10 Abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.689, De 3 De Outubro De 1941**. Código De Processo Penal. Brasília, DF: Presidência Da República. Disponível Em: [Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.Htm](http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.Htm). Acesso Em: 10 Abr. 2022.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília, DF: Presidência Da República. Disponível Em:

Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao.Htm. Acesso Em: 29 Abr. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 678, De 6 De Novembro De 1992**. Promulga A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto De São José Da Costa Rica), De 22 De Novembro De 1969. Brasília, DF: Presidência Da República. Disponível Em: Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Decreto/D0678htm. Acesso Em: 18 Abr. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 3979**. Relator: Min. Teori Zavaski. Investigados: Ernesto Kugler Rodrigues E Gleisi Helena Hoffmann. Autor: Ministério Público Federal, Julgado Em 27 De Set. De 2016. Disponível Em: <Https://Portal.Stf.Jus.Br/Processos/Detalhe.Asp?Incidente=4727405> Acesso Em: 25 Abr. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 194677**. Impetrante: Defensor Público-Geral Federal. Coator: Superior Tribunal De Justiça. Relator Min. Gilmar Mendes, Julgado Em 11 De Mai. De 2021. Disponível Em: <Https://Portal.Stf.Jus.Br/Processos/Detalhe.Asp?Incidente=6060104>. Acesso Em: 10 Mai. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 68929**. Relator: Celso De Mello. Impetrante: Ernesto Magrini. Coator: Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro, Julgado Em 28 De Ago. De 1998. Disponível Em: Https://Jurisprudencia.Stf.Jus.Br/Pages/Search?Base=Acordaos&Pesquisa_Inteiro_Teor=False&Sinonimo=True&Plural=True&Radicais=False&BuscaExata=True&Page=1&PageSize=10&QueryString=Hc%2068929&Sort=_Score&SortBy=Desc. Acesso Em: 25 Abr. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 127.483**. Impetrante: JOSÉ LUIZ OLIVEIRA LIMA E OUTRO (A/S). Coator: Relator Da Pet. 5244 DO Supremo Tribunal Federal. Relator Min. Dias Tófoli, Julgado Em 27 De Ago. De 2015. Disponível Em: Https://Jurisprudencia.Stf.Jus.Br/Pages/Search?Base=Acordaos&Pesquisa_Inteiro_Teor=False&Sinonimo=True&Plural=True&Radicais=False&BuscaExata=True&Page=1&PageSize=10&QueryString=HC%20127.483&Sort=_Score&SortBy=Desc. Acesso Em: 25 Abr. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 194.677/SP**. Relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, Julgado em 11.5.2021. Disponível Em <Https://Redir.Stf.Jus.Br/Paginadorpub/Paginador.Jsp?DocTP=TP&DocID=755305727> , Acesso Em: 10 Mai. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Segundo Ag. Reg. Na Petição 7.990 Distrito Federal**. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Onyx Lorenzoni. Relator Min. Marco Aurélio, Julgado Em 17 De Fevereiro De 2021. Disponível Em: <Https://Redir.Stf.Jus.Br/Paginadorpub/Paginador.Jsp?DocTP=TP&DocID=755305727> . Acesso Em: 10 Mai. 2022.

BRASILEIRO DE LIMA, Renato. **Manual De Processo Penal**. 8 Ed. Salvador: Editora Jus Podvim, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Pacote Anticrime: Lei 13.964/19: Comentários Às Alterações No CP, CPP E LEP.** Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães; TORON, Alberto Zacharias; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Código De Processo Penal Comentado.** 3. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

BRITO, Bruna Cardoso De. **Acordo De Não Persecução Penal.** Disponível Em: <https://Ambitojuridico.Com.Br/Cadernos/Direito-Penal/Acordo-De-Nao-Persecucao-Penal/>. Acesso Em: 29 Abr. 2022.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **A Confissão Circunstanciada Dos Fatos Como Condição Para A Celebração Do Acordo De Não Persecução Penal.** São Paulo: D'Plácido, 2020.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Manual Do Acordo De Não Persecução Penal À Luz Da Lei 13.963/2019 (Pacote Anticrime).** Salvador: JusPodivm, 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso De Processo Penal.** Editora Saraiva, 2022.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato De. Algumas Questões Sobre A Confissão No Acordo De Não Persecução Penal. **Revista Do Ministério Público Do Estado Do Rio De Janeiro.** N. 78, Out./Dez. 2020. P. 253

CASTRO, Carolina Soares Castelliano Lucena De; NETTO, Fábio Prudente. **Comentários Sobre A Exigência Da Confissão No Acordo De Não Persecução Penal.** Disponível Em: <https://Bit.Ly/3rAGRpG>. Acesso Em: 10 Mai. 2022.

CHEKER, Monique. **A Confissão Do Concurso De Agentes No Acordo De Não Persecução Penal.** In: WALMSLEY, Andréa; CIRENO, Lígia; BARBOZA, Márcia Noll (Orgs.). Inovações Da Lei Nº 13.964, De 24 De Dezembro De 2019. Coletânea De Artigos. V. 7. 2ª Câmara De Book_RMP-78.Indb 260 28/05/2021 12:39:39 Revista Do Ministério Público Do Estado Do Rio De Janeiro Nº 78, Out./Dez. 2020 | 261 Algumas Questões Sobre A Confissão No Acordo De Não Persecução Penal Coordenação E Revisão. Brasília: MPF, 2020. Disponível Em: <http://Www.Mpf.Mp.Br/Atuacao-Tematica/Ccr2/Publicacoes>. Acesso Em: 12 Mai. 2022.

CIRCUNSTANCIAL. In: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível Em: <https://Michaelis.Uol.Com.Br/Busca?Id=VDkK>. Acesso Em: 09 Mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Jornada De Direito E Processo Penal. **Enunciado N. 13.** Disponível Em: <https://Www.Cjf.Jus.Br/Enunciados/Enunciado/1433#:~:Text=A%20inexist%C3%AAncia%20de%20confiss%C3%A3o%20do,Acordo%20de%20n%C3%A3o%20persecu%C3%A7%C3%A3o%20penal>. Acesso Em: 25 Abr. 2022. P. 214.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **JUSTIÇA EM NÚMEROS 2021.** Brasília: CNJ, 2021. Disponível Em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-Justica-Em-Numeros-2021-221121.Pdf>. Acesso Em: 25 Abr. 2022.

Conselho Nacional De Procuradores-Gerais Dos Ministérios Públicos Dos Estados E Da União E Grupo Nacional De Coordenadores De Centro De Apoio Criminal. **Enunciado N. 19.** O Acordo De Não Persecução Penal É Faculdade Do Ministério Público, Que Avaliará, Inclusive Em Última Análise (§ 14), Se O Instrumento É Necessário E Suficiente Para A Reprovação E Prevenção Do Crime No Caso Concreto. Disponível Em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/file/gnccrim_-_analise_lei_anticrime_janeiro_2020.Pdf. Acesso Em: 10 Mai. 2022.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução Nº 181**, 07 De Ago. 2017, Disponível Em: <https://www.cncmp.mp.br/portal/images/resolucoes/resoluo-181-1.Pdf>. Acesso Em: 21 Abr. 2022.

COSTA, Eduardo Maia. **Justiça Negociada: Do Logro Da Eficiência.** Revista Da Defensoria Pública RS. Editora Coimbra, 2013. Disponível Em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2013/01/087-097-Justi%C3%A7anegociada.Pdf>. Acesso Em: 15 Mai. 2022.

CUNHA, Rogério Sanches. **Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019:** Comentários Às Alterações No CPP, CPP E LEP. Salvador: Juspodvm, 2020.

DIAS, Paulo Thiago Fernandes; ZAGHLOUT, Sara Alacoque Guerra. A Importância Da Decisão De Pronúncia, O Papel Do Juiz E A Finalidade Do Processo Penal À Luz Da Constituição Da República. **Revista De Direito Penal, Processo Penal E Constituição.** Curitiba. V. 2. N. 2. P. 539-559. Jul/Dez. 2016. Disponível Em: <https://indexlaw.org/index.php/direitopenal/article/view/1438/PDF>. Acesso Em: 29 Abr. 2022. P. 149-150.

DOWER, Patrícia Eleutério Campos. **Algumas Respostas Sobre O Acordo De Não Persecução Penal.** In: SANCHES CUNHA, Rogério; BARROS, Francisco Dirceu; SOUZA, Renee Do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (Orgs.). Acordo De Não Persecução Penal, Resolução N. 181 Do CNMP. 2a Ed., Salvador: JusPodivm, 2019. **Enunciado 25**, Do CNPG E GNCCRIM (Apud LIMA, 2020, P. 230).

FABRETTI, Humberto Barrionuevo; VELLOZO, Humberto Barrionuevo. Uma Análise Crítica Sobre A Lei Anticrime Do Ministério Da Justiça. **Revista De Direito.** Vol. 11, N. 1, 2019, P. 25-60. Disponível Em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/rev-dir-viçosa_v.11_n.1.Pdf. Acesso Em: 29 Abr. 2022.

FREITAS, Vladimir Passos De Freitas. **O Acordo No Processo Criminal É Um Caminho Sem Volta.** Disponível Em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-30/segunda-leitura-acordo-processo-criminal-caminho-volta>. Acesso Em: 27 De Abr. 2022.

LIMA, Guilherme Graciliano De Araújo. **Análise Jurídica Da Presunção De Inocência À Luz Da Declaração Universal De Direitos Humanos E O Papel Do Ministério Público Como Defensor Do Direito Fundamental Às Liberdades**. Pernambuco: AMPPE, 2019. Disponível Em: <https://amppe.com.br/analise-juridica-da-presuncao-de-inocencia-a-luz-da-declaracao-universal-de-direitos-humanos-e-o-papel-do-ministerio-publico-como-defensor-do-direito-fundamental-as-liberdades/>. Acesso Em: 17 Abr. 2022.

LIMA, Renato Brasileiro De. **Manual De Processo Penal**: Volume Único. 8 Ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro De. **Pacote Anticrime: Comentários À Lei No 13.964/19**. Salvador: JusPodivm, 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 15 Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 17 Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Os Direitos Fundamentais Como Limites Ao Poder De Legislar**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 2001.

LOPES, Aury Lopes Junior. **Limite Penal Questões Polêmicas Acordo De Não Persecução Penal**. Disponível Em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-06/limite-penal-questoes-polemicas-acordo-nao-persecucao-penal>. Acesso Em: 27 De Abr. 2022.

MARCÃO, Renato. **Curso De Processo Penal**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MAS, Carlo Velho, **O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO FERRAMENTA POLÍTICOCRIMINAL DE DESPENALIZAÇÃO DOS CRIMES DE MÉDIO POTENCIAL OFENSIVO**. Disponível Em: <https://www.camargomasi.com.br/o-acordo-de-nao-persecucao-penal-como-ferramenta-politico-criminal-de-despenalizacao-dos-crimes-de-medio-potencial-ofensivo/#:~:Text=Artigos-,O%20Acordo%20de%20n%C3%A3o%20Persecu%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20como%20Ferramenta%20Pol%C3%ADtico%2DCriminal, Crimes%20de%20M%C3%A9dio%20Potencial%20Ofensivo&Text=O%20desenvolvimento%20do%20processo%20penal,Como%20dos%20mecanismos%20de%20repara%C3%A7%C3%A3o>. Acesso Em: 19 Abr. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Segundo Levantamento Do Depen, As Vagas No Sistema Penitenciário Aumentaram 7,4%, Enquanto A População Prisional Permaneceu Estável, Sem Aumento Significativo**. Divisão De Comunicação Social Depen, Brasília, 2021. Disponível Em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-levantamento-do-depen-as-vagas-no-sistema-penitenciario-aumentaram-7-4-enquanto-a-populacao-prisional-permaneceu-estavel-sem-aumento-significativo>. Acesso Em: 24 Abr. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Acordo De Não Persecução Penal Permite A Solução De Casos Em Menos De Um Mês Em Criciúma**. Disponível Em:

<https://www.mpsc.mp.br/Noticias/Acordo-De-Nao-Persecucao-Penal-Permite-A-Solucao-De-Caso-Em-Menos-De-Um-Mes-Em-Criciuma>. Acesso Em: 11 Mai. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, **Enunciados Da Segunda Câmara Criminal**, Disponível Em: <http://www.mpf.mp.br/Atuacao-Tematica/Ccr2/Enunciados>. Acesso Em: 10 Mai. 2022.

Ministério Público Federal. **MPF Investe Na Justiça Consensual E Ultrapassa 5 Mil Acordo De Não Persecução Penal**. Brasília: MPF, 2021. Disponível Em: <http://www.mpf.mp.br/Pgr/Noticias-Pgr/Mpf-Investe-Na-Justica-Consensual-E-Ultrapassa-5-Mil-Acordos-De-Nao-Persecucao-Penal>. Acesso Em: 25 Abr. 2022.

MOREIRA, Rômulo De Andrade. **O Acordo De Não Persecução Penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020.

NETTO, Alamiro Velludo Salvador; Et. Al. **Pacote Anticrime: Comentários À Lei N.13.964/2019**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

NICOLAI, Thiago Diniz Barbosa; FERREIRA, Renata Rodrigues De Abreu. **O Valor Das Confissões No Acordo De Não Persecução Penal**. Disponível Em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-08/nicolai-ferreira-valor-confissoes-anpp>. Acesso Em: 12 Mai. 2022.

NUCCI, Guilherme De Souza, **Código De Processo Penal Comentado**. 19 Ed. Rio De Janeiro: Editora Forense, 2020.

QUEIROZ, Paulo. **Acordo De Não Persecução Penal – Lei Nº 13.964/2019**. Disponível Em: <https://www.pauloqueiroz.net/acordo-de-nao-persecucao-penal-primeira-parte/>. Acesso Em: 20 Abr. 2022.

RIBEIRO, Maria Das Graças Nunes. **Colaboração Premiada E O Sistema De Eficiência E Garantias: Necessidade De Compatibilização No Âmbito Do Estado Democrático De Direito** Belo Horizonte 2017. Dissertações Do Programa De Mestrado Em Direito, V. 5, N. 1, 2017. Disponível Em: <http://www.fumec.br/revistas/pdmd/article/view/5636>. Acesso Em: 20 Mar.. 2022.

Regras De Tóquio: Regras Mínimas Padrão Das Nações Unidas Para A Elaboração De Medidas Não Privativas De Liberdade/ Conselho Nacional De Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi -Brasília: CNJ, 2016. Disponível Em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38-2.pdf>. Acesso Em: 18 Abr. 2022.

RIBEIRO, Leo Maciel Junqueira. COSTA, Victor Cezar Rodrigues Da Silva. Acordo De Não Persecução: Um Caso De Direito Penal Das Consequências Levado Às Últimas Consequências. **Revista Brasileira De Ciências Criminais**. Vol. 161, P. 249-276, Nov./2019. P. 257.

ROSA, Alexandre Morais Da Rosa; LUIZ, Gina Ribeiro Gonçalves. **Resta Algo Do Pacote Anticrime?** Mais Punição E Menos Garantias. Disponível Em: [https://www.conjur.com.br/2020-nov-13/limite-penal-resta-algo-pacote-anticrime-punicao-garantias#:~:Text=155%2C%20%2A7%20%2BA%2DA\),Pretexto%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunidade](https://www.conjur.com.br/2020-nov-13/limite-penal-resta-algo-pacote-anticrime-punicao-garantias#:~:Text=155%2C%20%2A7%20%2BA%2DA),Pretexto%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20comunidade). Acesso Em: 29 Abr. 2022.

ROSA, Alexandre Morais Da. **Delação Premiada Como Negócio Jurídico: Ausência De Coação Como Requisito De Validade**. 1. Ed. Florianópolis: E-Mais, 2019.

ROSA, Alexandre Morais Da. **Como Negociar O Acordo De Não Persecução Penal: Limites E Possibilidades**. 1. Ed. Florianópolis: Emais, 2021.

SANTOS, Mauro Guilherme Messias Dos. Acordo De Não Persecução Penal: Confusão Com O Plea Bargaining E Críticas Ao Projeto Anticrime. **Revista Brasileira De Direito Processual**. Belo Horizonte, N. 108, P. 235-254, Out./Dez. 2019. P. 239.

SOARES, Rafael Junior; BORRI, Luiz Antonio; BATTINI, Lucas Andrey. Breves Considerações Sobre O Acordo De Não Persecução Penal. **Revista Do Instituto De Ciências Penais**, Vol. 5., P. 213-231, Dez. - Maio. 2020. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. P. 220.

SOUZA, Renee Do Ó. **Acordo De Não Persecução Penal Previsto No Novo Art. 28-A Do Código De Processo Penal, Inserido Pela Lei 13.964/2019**. São Paulo: D'Plácido: 2020. P. 129.

SOUZA, Renee Do Ó. **Acordo De Não Persecução Penal: O Papel Da Confissão E A Inexistência De Plea Bargain**. Disponível Em: <https://bit.ly/35FULNX>. Acesso Em: 09 Mai. 2022.

SOUZA, Renee Do Ó; CUNHA, Rogério Sanches. **A Legalidade Do Acordo De Não Persecução Penal: Uma Opção Legítima De Política Criminal**. In: CUNHA, Rogério Sanches; BARROS, Franciso Dirceu; SOUZA, Renee Do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (Coord). **Acordo De Não Persecução Penal: Resolução 181/2017 Do CNMP Com As Alterações Feitas Pela Res. 183/2018**. 2 Ed, Ver. Ampl. Atual. Salvador: Juspodivm, 2018.

TAVAREZ, Juarez; CASARA, Rubens. **Prova E Verdade**. 1. Ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

UNIVERSIDAD DE MICHIGAN. The National Registry Of Exonerations, **2021 Annual Report** Disponível Em: <http://www.law.umich.edu/special/exoneration/documents/nre%20Annual%20Report%202021.pdf> Acesso Em: 11 Mai. 2022.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes De. **Barganha E Justiça Criminal Negocial: Análise Das Tendências De Expansão Dos Espaços De Consenso No Processo Penal Brasileiro.** São Paulo: IBCCRIM, 2015.